



ALCANENA
CÂMARA MUNICIPAL

Município de Alcanena

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025





Índice

1.	Introdução	2
1.1.	Enquadramento legal	2
1.2.	Análise às contas de 2025	4
1.2.1	A Gestão Autárquica	5
2.	Análise Orçamental	21
2.1.	Execução Orçamental da Receita	21
2.1.1.	Receitas	21
2.1.2.	Transferências Correntes e de Capital de 2025	23
2.1.3.	Fundos Comunitários	24
2.1.4.	Venda de Bens e Prestação de Serviços	25
2.1.5.	Empréstimos	25
2.2	– Execução Orçamental da Despesa	27
2.2.1	- Distribuição da Despesa por Classificação Orgânica	27
2.2.2	– Distribuição da Despesa por Classificação Económica	27
2.2.3	- Despesas Correntes e de Capital	28
2.2.4	– Despesa com Pessoal	29
2.2.5.	Despesa com Aquisição de Bens e Serviços	33
2.2.6.	Juntas de Freguesia	33
2.3.	Equilíbrio Orçamental (artigo 40.º da RFALEI)	34
2.4.	Execução das Grandes Opções do Plano	34
2.4.1.	Plano Plurianual de Investimentos	35
2.4.2.	Atividades Mais Relevantes	36
3.	Análise Financeira	37
3.1.	Balanço	37
3.1.1.	Ativo	37
3.1.2	– Património Líquido e Passivo	38
3.2.	Demonstração de Resultados por natureza	40
3.2.1.	Rendimentos	40
3.2.2.	Gastos	40
3.2.3.	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	40
3.2.4	- Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	40
3.2.5	- Resultado líquido do período	40
4.	Análise Ao Limite Da Dívida Total (Rfalei), Endividamento Líquido E Limite Geral De Empréstimos De Medio Longo Prazo (Lfl)	42
4.1	– Atividade Empresarial Local e Participações Locais	42
4.2.	Limite da Dívida Total	44
5.	Consolidação De Contas	46
6.	Documentos De Prestação De Contas	48



1. Introdução

1.1. Enquadramento legal

Compete à Câmara Municipal, em conformidade com a alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los a apreciação e votação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do nº 2 artigo 25º.

É da competência do Presidente da Câmara, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 35º, da citada lei, submeter os documentos de prestação de contas à aprovação da Câmara Municipal e à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Conforme definido no Artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que lei estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, a apreciação dos documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são apreciados pelos seus órgãos deliberativos, reunidos em sessão ordinária durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam.

Ao nível da prestação de contas, o SNC-AP consagra um vasto leque de documentos e relatórios, destacando-se o relato financeiro relativo à informação sobre a posição financeira do Município e identifica um conjunto de documento de demonstrações financeiras e de demonstrações orçamentais.

As normas relativas às demonstrações financeiras constam da NCP 1 (Normas de Contabilidade Pública), sendo os seguintes os mapas de demonstrações financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados por natureza;
- Demonstração das alterações no património líquido;
- Demonstração de fluxos de caixa.

Quanto às normas relativas às demonstrações orçamentais e relato orçamental, encontram-se definidas na NCP 26, sendo os seguintes os mapas de demonstrações orçamentais individuais:

- Demonstração do desempenho orçamental;
- Demonstração de execução orçamental da receita;
- Demonstração de execução orçamental da despesa;
- Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos.

Esta norma define ainda um conjunto de documentos anexos às demonstrações orçamentais, nomeadamente:

- Alterações orçamentais da receita;
- Alterações orçamentais da despesa;
- Alterações ao plano plurianual de investimentos;
- Operações de tesouraria;
- Contratação administrativa;
- Situação dos contratos;
- Adjudicações por tipo de procedimento;
- Transferências e subsídios;
- Transferências e subsídios — Despesa;
- Transferências e subsídios — Receita;
- Outras divulgações.

Para além destes documentos anteriormente elencados constituem ainda os documentos de prestação de contas do Município de Alcanena, um conjunto de outros



anexos às demonstrações financeiras e às demonstrações orçamentais, outros mapas e relatórios que se julgam melhorar o conjunto da informação, bem como os demais mapas de apresentação obrigatória ao Tribunal de Contas.

Esta informação destina-se, para além do cumprimento das formalidades legais, tais como a ação fiscalizadora da Assembleia Municipal e o julgamento do Tribunal de Contas, a permitir a apreciação da atividade municipal por parte dos eleitos e munícipes, assim como da situação económica e financeira por parte de fornecedores, entidades bancárias e outros credores.

No cumprimento do estabelecido no artigo 77.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, as contas dos municípios devem ser anualmente revistas por auditor externo, cujas competências se encontram previstas no n.º 2 do artigo 77.º acima mencionado.

Foi nomeada pela Assembleia Municipal de Alcanena na sua sessão ordinária realizada em 27 de setembro de 2024, a sociedade Revisores Oficiais de Contas “Amado & Gomes SROC, Lda.”, como auditor externo das contas do Município de Alcanena, para os anos de 2024 e 2025.

Faz parte integrante das contas do Município de Alcanena o Certificado legal emitido por aquela sociedade.



1.2. Análise às contas de 2025

Dando cumprimento ao disposto na legislação em vigor e no SNC-AP, apresentam-se ao Órgão Executivo, para efeitos de aprovação e posterior submissão à apreciação e votação da Assembleia Municipal, os documentos de prestação de contas relativos ao exercício económico de 2025.

A apresentação da prestação de contas constitui, acima de tudo, um exercício de transparência, rigor e responsabilidade democrática na gestão dos recursos públicos.

As presentes contas foram analisadas e certificadas pela **Amado & Gomes, SROC, Lda.**

De uma forma geral, podem considerar-se cumpridos os objetivos definidos para a atividade da Câmara Municipal de Alcanena em 2025, com o início e a concretização de diversos projetos estruturantes, concursos e empreitadas, bem como a realização de vários eventos, o que permite assumir um balanço globalmente positivo da atividade desenvolvida ao longo deste ano civil.

No ano de 2025, o rigor financeiro continuou a assumir-se como uma preocupação central da gestão municipal, conjugado com uma visão ambiciosa para o desenvolvimento do concelho. Apesar das adversidades, foram dados passos consistentes no sentido de criar e consolidar condições para o desenvolvimento ambiental, económico e social de Alcanena, sustentando uma visão estratégica do caminho que está a ser percorrido.

Ao nível supramunicipal, ao longo de 2025 continuaram a ser planeados, desenvolvidos e executados trabalhos e projetos em articulação com a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e com os municípios que a integram. A execução destes projetos encontra-se garantida no âmbito dos quadros de apoio comunitário em vigor, designadamente o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o Portugal 2030 (PT2030) e os Investimentos Territoriais Integrados (ITI) da CIMT.

Importa assegurar que a decisão do Município de reduzir gradualmente a taxa do IMI seja acompanhada de um ajustamento igualmente gradual ao impacto dessa redução na receita municipal. Assim, em 2025 foi aplicada uma taxa de IMI de 0,375% para prédios urbanos, tendo sido aprovada, no final do ano, uma redução para 0,365% a vigorar em 2026.

Relativamente à taxa de participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), esta foi fixada em 4,7% para o ano de 2025, representando uma diminuição face ao ano de 2024 (4,8%), trajetória descendente a que foi dada continuidade em 2026, com a fixação da taxa em 4,5%.

A Taxa Municipal de Direitos de Passagem e a Derrama mantiveram, em 2025, os respetivos valores de 0,25% e 1,5%.

Em 2025, deu-se continuidade ao reforço do relacionamento institucional entre a Câmara Municipal e as Juntas e Uniões de Freguesias, reconhecendo-se a sua imprescindível missão junto das comunidades locais. Os Contratos Interadministrativos celebrados com as freguesias foram reforçados, com um aumento das verbas no montante de 27.300 euros (+5%). Importa ainda salientar que este foi o terceiro ano de aplicação do Regulamento “**Acreditar Alcanena – Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias**”, criado por este Executivo em 2022, o qual permitiu que as Juntas de Freguesia investissem, anualmente, um montante global de 100.000 euros, totalmente financiado pela Câmara Municipal.



1.2.1 A Gestão Autárquica

Nas páginas do presente Relatório encontram-se plasmadas ações, projetos, medidas, serviços e deliberações que refletem uma gestão cuidada, equilibrada e sustentável dos recursos públicos, orientada para o desenvolvimento sustentável do concelho e para a melhoria da qualidade de vida da população. Os resultados contabilísticos evidenciados nos documentos de prestação de contas agora apresentados confirmam esse percurso, demonstrando o cumprimento dos principais objetivos definidos no que respeita à situação financeira do Município.

O ano de 2025 foi marcado pela persistência dos efeitos de conflitos à escala global, que continuam a impactar e a agravar, de forma significativa, o contexto geopolítico e energético internacional, condicionando e transformando o funcionamento das instituições e das organizações públicas. Ainda assim, durante este período, a economia global evidenciou um crescimento robusto, embora a um ritmo mais moderado face aos anos anteriores e de forma desigual entre regiões, quer ao nível da atividade económica, quer da evolução da inflação.

A atividade desenvolvida pelo Município de Alcanena em 2025 pode ser caracterizada pela ambição e pela continuidade do rumo estratégico definido pelo Executivo, assente na identificação e concretização de projetos inovadores e estruturantes para o concelho, alguns de natureza inédita e outros de continuidade, abrangendo as mais diversas áreas setoriais. Procurou-se manter uma estratégia de aproveitamento maximizado dos quadros comunitários de apoio, aliada à concretização de obras há muito desejadas pela população e que são hoje uma realidade no território.

Este foi, igualmente, um ano fortemente dedicado ao planeamento, preparação e implementação de projetos, com vista a assegurar a sua execução no âmbito dos instrumentos de financiamento comunitário, designadamente o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o Portugal 2030 (PT2030) e as iniciativas comunitárias geridas diretamente pela Comissão Europeia. Destaca-se, neste contexto, a integração do Município de Alcanena em duas redes europeias URBACT, orientadas para a regeneração ambiental, a requalificação de áreas degradadas e a transferência de boas práticas entre territórios, bem como a liderança do projeto de cooperação europeia “TANNORIA – Revitalização do Património através das Artes, Inovação e Ecologia”. Este projeto visa conectar territórios com tradição na indústria da curtimenta em Portugal, Espanha e Países Baixos, promovendo a regeneração impulsionada pela cultura, alicerçada nas identidades locais, nos saberes tradicionais e na inovação sustentável enraizada na herança industrial comum.

No âmbito das competências transferidas nos últimos anos pelo Poder Central e assumidas pelo Município de Alcanena, nomeadamente nas áreas da educação, da saúde e da ação social, o ano de 2025 revelou-se particularmente exigente, correspondendo, simultaneamente, a um período de consolidação dessas responsabilidades. Neste contexto, prosseguiu-se um trabalho continuado, rigoroso e empenhado, visando assegurar a qualidade dos serviços prestados à população e o reforço da coesão social no concelho.

Uma análise das ações e projetos mais relevantes desenvolvidos ao longo do ano de 2025 é apresentada de seguida.

No âmbito da **CIM Médio Tejo**, que registou em 2025 desenvolvimentos relevantes a nível institucional e organizativo, importa salientar a entrada num novo ciclo político



(2025–2029), mantendo-se a liderança, mas com renovação de autarcas e reforço da estrutura técnica e organizativa, orientados para a promoção da coesão regional e para a captação de financiamento europeu. Neste contexto, destacam-se as seguintes iniciativas estruturantes:

1. **Educação de Excelência** – PEDIME;
2. **Estratégia Integrada de Combate à Violência Doméstica e Promoção da Igualdade de Género no Médio Tejo**;
3. **Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas**, incluindo meios de proteção civil, combate à vespa asiática e brigadas de sapadores florestais;
4. **Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo**;
5. **Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho no Médio Tejo**;
6. **Estratégia 2030 – Operacionalização e Monitorização no Médio Tejo**;
7. **Catalisador Regional para a Inovação e Crescimento do Médio Tejo (CR INOVE)**;
8. **SmartRegion – Território Inteligente**;
9. **Habitação a Custos Acessíveis no Médio Tejo**.

É ainda de salientar a presença da região do Médio Tejo na **MIPIM – The Global Urban Festival** (Cannes, março de 2025), uma das maiores feiras internacionais do setor imobiliário, que reúne os principais profissionais e investidores à escala global. A participação neste evento permitiu posicionar o Médio Tejo no radar de importantes *brokers* e *developers* internacionais, reforçando a visibilidade do território enquanto destino atrativo para a captação de investimento estruturante e de grande escala.

No âmbito do **CR INOVE**, foi submetida uma candidatura que se encontra a aguardar decisão de aprovação, relativa à **Plataforma Territorial de Descoberta Empreendedora do Médio Tejo**, no contexto do **Aviso Centro 2030-2025-16**, resultante de uma parceria entre a **CIMT**, a **NERSANT** e o **TAGUSVALLEY**, com uma duração prevista de 24 meses.

O Município de Alcanena cooperou igualmente com a CIM Médio Tejo no **Projeto de Monitorização do Desenvolvimento Sustentável da Região do Médio Tejo**, desenvolvido pelo **CESOP–Local (Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa)**. Este projeto visa a revisão e atualização da metodologia de monitorização dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, a definição de indicadores objetivos e mensuráveis e a respetiva implementação numa plataforma de **Power BI**, permitindo acompanhar, de forma sistemática e eficiente, o desempenho dos municípios da região e apoiar a tomada de decisão estratégica e o planeamento de políticas públicas sustentáveis.

No âmbito do **Grupo de Trabalho de Ambiente da CIM Médio Tejo**, envolvendo os diversos municípios da região, foi dada continuidade ao **Inventário do Arvoredo Urbano**, contribuindo para uma gestão ambiental mais estruturada e sustentável do território.

Projetos enquadrados no PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

No âmbito do PRR, destacam-se os seguintes projetos e investimentos:

1. **1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação**;
2. **Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis**;
3. **Requalificação dos edifícios da USCP de Alcanena e da USCP de Alcanena – Pólo de Minde**;
4. **Requalificação da Escola Secundária de Alcanena**;



5. **Construção das Creches de Bugalhos e Monsanto;**
6. **Condomínio da Aldeia;**
7. **Radar Social – Criação de Equipas para Projeto Piloto;**
8. **Acessibilidades 360.º;**
9. **Aquisição de equipamento DCP e de vídeo/imagem para cineteatros e centros de arte contemporânea públicos.**

Projetos enquadrados no PT2030

No âmbito do **Portugal 2030 (PT2030)**, encontram-se em desenvolvimento ou execução os seguintes projetos:

1. **Renaturalização do Ribeiro do Carvalho e da Ribeira dos Algaes (Projeto Couros);**
2. **Parque do Lavradio;**
3. **CLDS 5G;**
4. **Fábrica de Cultura – Fase I;**
5. **Eficiência Energética nas Piscinas Municipais de Alcanena e de Minde.**

Habitação

Em 2025 deu-se continuidade ao maior plano de investimento em habitação per capita do país. Um quinto desse investimento é em habitação social, com a reabilitação dos três bairros municipais existentes (Bairro Timor Lorosae e Bairro Dr. Anastácio Gonçalves em Alcanena, e Bairro da Cantina em Vila Moreira), e com a reabilitação das casas das Paróquias em Alcanena, Vila Moreira e Minde, na requalificação de edifício dos lavadouros em Alcanena, e na construção de uma moradia em Vila Moreira (antigo pré-fabricado). As empreitadas do Bairro Dr. Anastácio Gonçalves e do Bairro da Cantina estão concluídas, e todas as outras estão em desenvolvimento.

O restante plano de investimento em habitação, Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis, através do Protocolo de Cooperação celebrado entre o IHRU e a CIM Médio Tejo respeita a um programa ambicioso de regeneração habitacional e de nova construção em diferentes locais do concelho.

Em maio de 2025 a Câmara Municipal aprovou a lista definitiva de atribuição e as minutas de contrato para as primeiras seis habitações no âmbito do Regulamento Municipal de Arrendamento Acessível. No final deste mês, o Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Miguel Pinto Luz, acompanhado da Secretária de Estado da Habitação, Patrícia Costa, do Presidente do IHRU, Benjamim Pereira, estiveram presentes na cerimónia de entrega das chaves aos moradores.

Parque Empresarial de Alcanena

Com 140 ha, o Parque Empresarial assume-se como um espaço multifuncional com vista ao desenvolvimento da estrutura produtiva local, projetando o concelho e atraindo investimento.

Face à grande área envolvida, o desenvolvimento do Plano de Pormenor será faseado. No total, o Plano considera 56 lotes de dimensões diversas: Fase A – 18 lotes (3 lotes de uso especial, 3 lotes para estacionamento e 12 lotes para atividades económicas); Fase B – 17 lotes (1 lote para estacionamento e 16 lotes para atividades económicas); Fase C – 9 lotes (1 lote de uso especial e 8 lotes para atividades económicas) e Fase D – 12 lotes para atividades económicas.



Em julho de 2025, e com um investimento superior a 6 M€, arrancou a empreitada da Fase A, com cerca de 40 ha.

O projeto encontra-se a ser promovido nacional e internacionalmente e estão a ser desenvolvidos contactos com a AICEP, empresas do setor imobiliário e câmaras de comércio.

Zona Industrial de Minde

Com um trabalho continuado de divulgação e de contacto com o tecido empresarial, em 2025 foram alienados mais alguns lotes nomeadamente para a instalação de empresas de logística.

Projeto Couros

Visando a recuperação do rio e uma das principais entradas da Vila de Alcanena, a primeira fase de intervenção do Projeto Couros, cuja empreitada está em execução desde maio/2025, respeita à renaturalização da área envolvente ao Ribeiro do Carvalho e ao seu afluente, Ribeiro dos Algares.

Este projeto não é apenas uma iniciativa de requalificação, mas uma oportunidade de reconectar Alcanena com a sua história. É um projeto transformador da vila, criando áreas verdes, espaços de lazer e uma nova identidade urbana que respeita o passado, mas que também se projeta para o futuro.

O projeto teve a candidatura aprovada ao Centro 2030.

Fábrica de Cultura

Refuncionalização e reabilitação de antiga fábrica têxtil, em espaço cultural, inserida na Área de Reabilitação Urbana de Minde.

O projeto da Fábrica de Cultura de Minde pretende ser uma plataforma de trabalho para artistas, associações, empresas, artesãos, criativos e estudantes do território e região, colmatando a necessidade de apostar num espaço de apoio à criação, mediação e produção artística e cultural, desenvolvimento de novos negócios e processo de investigação e desenvolvimento em torno do setor cultural e criativo.

A primeira fase do projeto, contemplando demolições, infraestruturas, espaços para residências artísticas, blackbox, núcleo museológico do têxtil, salas de exposição, salas de cowork e os arranjos exteriores, teve a empreitada iniciada em 2025, sendo financiada pela ITI Médio Tejo.

Projeto “Aire e Candeeiros”

Liderado pela Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros (ADSAICA), e integrando numa parceria estratégica 21 entidades públicas e privadas, o projeto "Aire e Candeeiros" visa valorizar os recursos naturais e turísticos da região, promovendo atividades sustentáveis e a conservação da biodiversidade, num esforço conjunto para desenvolver a sustentabilidade e a inovação na região, com benefício para a comunidade local e para a economia regional.

É um projeto que está a ser desenvolvido nos sete municípios que integram o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC), através do modelo de cogestão previsto pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, sendo esta Comissão de Cogestão presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Alcanena.



Encontra-se a ser implementado um Plano de Ação que integra alguns dos projetos e ações estruturantes do concelho de Alcanena, como a requalificação da Praia Fluvial dos Olhos d' Água ou o Projeto "Ouro Líquido".

Projeto "Ouro Líquido"

No território do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, uma associação, a APOAC - Associação para a Promoção do Olival e Azeite de Aire e Candeeiros, e um projeto, "Ouro Líquido", trabalham para revitalizar o olival tradicional e promover as variedades autóctones e o azeite aí produzido. Pretende representar uma nova dinâmica de cooperação e valorização dos azeites locais, procurando transformar um produto tradicional num motor de desenvolvimento económico e turístico. Pretende criar valor e procurar soluções para os desafios colocados ao olival tradicional, nos planos do modelo produtivo, organização do setor, fatores críticos de competitividade, financiamento e estratégia de promoção e comercialização.

A comunidade "Ouro Líquido" tem vindo a impor-se como um movimento em crescimento, que envolve produtores, consumidores, gastrónomos, investigadores, municípios e a ADSAICA - Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros, agregando já cerca de 400 pessoas e entidades.

O Projeto "Ouro Líquido", iniciado em Alcanena e Torres Novas, esteve bastante ativo em 2025, continuando a crescer através de eventos, expansão territorial e ações no terreno, sendo de destacar o Festival "Primeira Colheita – Comunidade Ouro Líquido", realizado a 18 de outubro, que celebra os primeiros azeites da campanha e junta toda a comunidade ligada ao setor. O evento envolveu a realização de provas de azeite, contacto com produtores, sessões com especialistas e jantar temático dedicado ao azeite.

Olhos de Água do Alviela

Para melhorar a praia fluvial e a sua envolvente, mas também para consolidar a reclassificação da Praia Fluvial dos Olhos d' Água e a obtenção do Galardão Bandeira Azul, em 2025 foram realizados investimentos de reforço da vigilância e da segurança, mas também no controlo analítico da água, na melhoria dos equipamentos e nos serviços de limpeza.

Requalificação da Rede Viária

Em 2025 foi concluído o projeto de requalificação da estrada entre Alcanena e Moitas Venda, Ex-EN 365-4, contemplando um novo Percurso de Mobilidade Sustentável, estando a ser consultadas as diferentes entidades, e após um processo de identificação, a ser realizados os contactos com os proprietários dos terrenos afetados. A intervenção estende-se ao longo de três trechos principais, totalizando mais de 4.400 metros de extensão, com o objetivo de prolongar a vida útil da via e melhorar a segurança rodoviária e pedonal através de uma melhor leitura da estrada. A solução técnica privilegiou o aproveitamento do espaço disponível, reduzindo riscos de acidentes e custos de manutenção. Prevê-se a que a empreitada possa ser iniciada em 2026, sendo parcialmente financiada pela ITI Médio Tejo.

Acessibilidades

No sentido de modernizar as infraestruturas públicas melhorando a acessibilidade (remoção de barreiras de acesso) foram apresentadas 5 candidaturas ao C03-i02 -



Acessibilidades 360º - Programa de Intervenções em Edifícios Públicos, integrado no PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, as quais foram aprovadas em 2025, tendo-se iniciado os procedimentos de contratação e a execução das empreitadas.

Criação do Espaço Empresa e do Espaço Cidadão Energia

Em 2025 o concelho de Alcanena deu mais um passo na consolidação do seu ecossistema empreendedor com a criação de dois novos espaços estratégicos: o Espaço Empresa e o Espaço Cidadão Energia. Instalados na Praça Marechal Carmona, ambos os novos espaços funcionam como ponto central de apoio aos munícipes e às empresas locais e futuros investidores, integrando-se no edifício onde já operava o Espaço Cidadão.

O Espaço Empresa procura simplificar a interação com a administração pública, oferecendo num único local serviços de licenciamento, apoio ao investimento e formalidades legais, reduzindo a burocracia, agilizando a criação de empresas e fomentando o desenvolvimento económico local.

Com o Espaço Cidadão Energia pretendeu-se dotar o Município de uma estrutura descentralizada para apoiar os cidadãos em medidas de eficiência energética e energias renováveis, através de disponibilização de informação, aconselhamento e apoio técnico prestado por técnicos municipais habilitados para o efeito, e complemento ao apoio que está a ser prestado por parte da entidade parceira Deco.

u.me @Alcanena powered by Nova Medical School

O Município de Alcanena formalizou em 2024 um acordo de colaboração com a UNL – Nova Medical School para abertura de uma extensão territorial de um centro de investigação daquela instituição de ensino superior.

Com esta parceria pretendeu-se contribuir para a criação de um ecossistema de excelência que queremos ver nascer no concelho de Alcanena. O centro de investigação assume-se como uma mais-valia para a alavancagem dos domínios da saúde, sustentabilidade ambiental, económica e social, reabilitação e regeneração urbana, habitação, inclusão social, educação, dinamização do desenvolvimento económico, inovação e modernização, coesão territorial, melhoria da acessibilidade e promoção da utilização de transportes coletivos, contribuindo para o desenvolvimento de políticas municipais que promovam o bem-estar e a qualidade de vida no município.

Em setembro de 2025 a autarquia celebrou com a Universidade Nova de Lisboa (UNL) um Contrato de Comodato do Pavilhão Multiusos de Alcanena para implementação do projeto “Aire e Candeeiros xFOOD – Exponential Food Systems”, promovido pela u.me@ Alcanena powered by NOVA Medical School (NMS), que consiste na criação de um centro de inovação colaborativa no domínio do Turismo Gastronómico e Património Identitário, a instalar em Alcanena. O projeto xFOOD visa impulsionar a transformação sustentável e estratégica da oferta turística e gastronómica nacional, promovendo a valorização do território e das suas potencialidades, com forte componente de inovação, sustentabilidade e inclusão social.

A adaptação do edifício e a implementação de equipamentos serão concretizados em 2026.



Protocolo de Colaboração com a Fundação Mendes Gonçalves (FMG)

Em outubro de 2025 celebrou-se um Protocolo de Colaboração com a Fundação Mendes Gonçalves (FMG) que visa o trabalho em parceria nas áreas de Educação e Desenvolvimento na Primeira Infância, Promoção de Estruturas e Práticas Pedagógicas Inovadoras e Educação e Literacia Ecológica, mediante o desenvolvimento de iniciativas conjuntas junto da comunidade e nos seus territórios de atuação, entendendo essa cooperação como estratégica para assegurar às crianças um início de vida saudável, seguro e rico em oportunidades de aprendizagem.

Startup Alcanena (Nersant) e TEAR (Associação Startup Leiria)

No âmbito da parceria com a NERSANT, a Startup Alcanena está integrada na rede de incubadoras da Startup Portugal, sendo reconhecida como incubadora certificada, no âmbito do chapéu da Startup Ribatejo. Em 2025 foram dinamizadas várias atividades como: incubação e assistência técnica às empresas incubadas localmente e virtualmente, e programas com escolas de aceleração de ideias e de aceleração de negócios. Desde o seu início, foram apoiados 45 empreendedores do concelho de Alcanena, dos quais resultou a criação de 14 novas empresas no concelho. Além das 14 empresas criadas, existiram mais 3 projetos onde foi desenvolvido o respetivo plano de negócios, o que origina a expectativa da possível criação da empresa a curto prazo. De referir ainda em 2025 a realização do evento NERSANT.IMO 2025 ALCANENA nas instalações da Startup Alcanena, uma iniciativa de encontro imobiliário, onde Empresários, Investidores, Técnicos, Organismos Públicos e público puderam discutir e conhecer as tendências do setor e do mercado.

Em 2025, o TEAR afirmou-se como um novo ponto de apoio ao empreendedorismo em Alcanena. Com a inauguração oficial, passou a oferecer de forma concreta o que o território precisava para ganhar ritmo - cowork para quem trabalha a partir daqui e serviços de incubação e aceleração para quem quer transformar uma ideia num projeto com pernas, com acompanhamento e ligação ao ecossistema da Startup Leiria. Ao longo do ano, assumiu um papel ativo na comunidade e na criação de rede, com a realização do E-talks Alcanena, integrado no Festival Entretanto, trazendo conversas com pessoas e projetos que estão a fazer acontecer no interior — e ajudando a dar visibilidade a temas como inovação, novos modelos de negócio, talento e transformação do território. A fechar o ano, o Talent Up reforçou a componente prática e orientada a resultados: equipas a trabalhar problemas reais, mentoria, metodologias de inovação e pitches finais perante um júri multidisciplinar, com distinções, prémio e incubação para os melhores projetos.

Galardão “Acreditar Alcanena”

No âmbito da cerimónia “Regenerar Alcanena”, realizada em setembro de 2025, no Pavilhão Multiusos, o Município de Alcanena procedeu à entrega dos galardões “Acreditar Alcanena”, que visam distinguir, estimular e reconhecer o mérito, a responsabilidade social e o prestígio pessoal e iniciativas empresariais e/ou institucionais. Foram distinguidas as empresas e instituições nas categorias de responsabilidade social, personalidade considerada relevante pela carreira e ainda as empresas que obtiveram o estatuto “PME Líder” e “PME Excelência” através da entrega dos galardões “Acreditar Alcanena”.

Na edição de 2025 foram atribuídos os galardões “PME Líder 2024” e “PME Excelência”, que distinguem as empresas reconhecidas com esse estatuto pelo IAPMEI.



Na categoria “Responsabilidade Social”, o Galardão foi entregue a todas as coletividades do Concelho, à exceção das IPSS’s (por já terem sido distinguidas, nesta categoria, na edição de 2023), em reconhecimento do importante papel na dinâmica do território, reforçando o sentido de pertença e identidade local e promovendo o espírito comunitário, mantendo vivas tradições locais e promovendo a cultura, valorizando o património local e promovendo a coesão social.

Na categoria “Carreira”, que reconhece os indivíduos que se tenham distinguido ao longo da sua carreira, que constituam uma referência profissional para os seus pares e para a comunidade, o Galardão foi entregue a Jorge António Martinho Frazão, ex-Comandante dos Bombeiros Municipais de Alcanena, em reconhecimento dos serviços prestados em prol da comunidade.

Projeto “Espinheiro Green Lab”

Com base no Plano de Ação desenvolvido foram já iniciadas algumas atividades envolvendo o Município, a população e outras entidades locais e regionais (ex: Natal da Aldeia, Mercadinho). Em 2025 pretendeu-se dar continuidade à realização destas atividade e ações.

O projeto encontra-se ancorado conceptualmente no desígnio de “*Smart Village*”, com a implementação de ações em domínios como: inclusão social, sustentabilidade ambiental, economia, conectividade ou digitalização. O financiamento é baseado na ITI Médio Tejo, mas também em outras fontes de financiamento, nomeadamente de cariz europeu.

Projeto Espinheiro Criar & Integrar

O projeto Espinheiro Criar & Integrar insere-se numa estratégia integrada de inclusão social da população migrante do concelho de Alcanena, através da arte e da cultura locais. Este projeto estimula dinâmicas comunitárias, incentivando o envolvimento direto dos habitantes do concelho na partilha de saberes e práticas, promovendo um intercâmbio cultural enriquecedor com a população do Espinheiro, local estrategicamente identificado como epicentro desta intervenção. A primeira fase do projeto terminou com a edição de 2025 do evento Natal na Aldeia – Espinheiro, com a apresentação das peças produzidas nas oficinas criativas. Valor Aprovado 49.994,37€ e Financiamento de 85%.

Alcanena integrou a rede New European Bauhaus Friends

Em setembro de 2025 Alcanena integrou a rede *New European Bauhaus Friends*, da Comissão Europeia, criada para envolver entidades que desejem apoiar e promover os valores da sustentabilidade, inclusão e beleza. Através da rede NEB, Alcanena pretende consolidar e ampliar a sua agenda de reabilitação urbana, habitação inclusiva, cultura, património e ambiente, colocando as pessoas no centro das decisões e fundindo projetos municipais com a comunidade europeia, através da partilha de recursos, conhecimento e oportunidades.

Escola Secundária de Alcanena

A candidatura apresentada ao Aviso n.º 01/C06.i09/2023 – Escolas Novas ou Renovadas | Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas, para requalificação da Escola Secundária de Alcanena, foi aprovada pela CCDR-LVT, com um financiamento do PRR no valor de 6.333.065,06€, que corresponde a 100% da despesa



elegível. O contrato da empreitada, no valor de 4.726.550,23€ + IVA, foi assinado em junho/2024, com a empresa Ecoedifica, SA. A intervenção em curso, e a concluir em 2026, visa a requalificação e modernização do edificado escolar, assim como de melhor eficiência energética.

Creches de Bugalhos e Monsanto

Visa-se a criação de novos lugares em resposta social Creche, dada a inexistência de recursos disponíveis no território capazes de darem resposta às necessidades diagnosticadas. Em 2025 a construção da creche de Monsanto juntou-se à nova creche de Bugalhos, também ela em fase de construção. Para ambas as creches municipais foram aprovadas as candidaturas ao PRR.

Eficiência energética das piscinas municipais

Após a realização dos projetos de eficiência energética das Piscinas de Alcanena e de Minde, em 2025 foi iniciada a empreitada de Minde, estimando-se a sua conclusão no primeiro semestre de 2026. A empreitada das Piscinas de Alcanena irá iniciar-se de seguida. Estas intervenções, que permitirão menores custos de exploração, resultam da aprovação de candidatura ao Centro 2030, para financiamento de 85%.

Rede Verde Fundamental

A Rede Verde Fundamental é um projeto urbanístico e ambiental promovido pelo Município de Alcanena, focado na participação pública e no envolvimento da comunidade, reforçando a identidade do concelho, a melhoria da qualidade de vida, a garantia da acessibilidade e multifuncionalidade, a valorização do território e da biodiversidade e a integração numa estratégia mais ampla de desenvolvimento sustentável e de incentivo à atividade física e ao convívio social.

O projeto inclui, numa primeira fase, a criação de três áreas verdes principais: Parque das Oliveiras (Alcanena), Parque do Sobreiro (Moitas Venda) e Parque das Saramagas (Minde), tendo ocorrido em 2025 duas sessões públicas participativas de cocriação, com apresentação e discussão de sugestões e ideias. Houve também participação online através de questionários.

Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para Alcanena e Vila Moreira

No âmbito dos trabalhos para a elaboração do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) das Vilas de Alcanena e Vila Moreira, em 2025 o Município de Alcanena promoveu sessões de trabalho para pensar, debater e propor uma intervenção integrada de reabilitação do território da ARU - Área de Reabilitação Urbana.

Visou-se desenvolver uma abordagem integrada de reabilitação urbana dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação de infraestruturas, equipamentos e espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, requalificando e revitalizando a ARU de Alcanena e de Vila Moreira.

5G RURAL – Arte e Sons dos Muros

Este projeto iniciado em 2025 visa dar resposta a temáticas como as da cocriação à distância, valorização dos ecossistemas criativos locais, introdução de linguagens contemporâneas, arte pública e democracia e, claro, inclusão digital.



Foram identificados os Muros de Pedra Seca como um dos elementos de maior relevância identitária de Alcanena, e partindo da sua presença física e da capacidade inspiradora foi construído um programa curatorial em três atos:

- ✓ Produção e implementação de uma obra de arte de espaço público, da autoria da escultora Ana Almeida Pinto, inspirada nos Muros de Pedra Seca;
- ✓ Residência artística de longa duração do maestro Martim Sousa Tavares com a Banda Filarmónica de Minde para desenvolver um espetáculo;
- ✓ Fornecimento de hardware, software, programação cultural e formação de recursos humanos para operacionalização da “Carrinha da Cultura”, uma plataforma informática, capaz de transmitir eventos em direto (*streaming*), recorrendo à tecnologia 5G da qual o município irá usufruir. A programação da “Carrinha da Cultura” é transversal.

Aldeia de Bem-Estar e Inventariação do Património Cultural Material e Imaterial – Classificação da Paisagem Cultural

Foi iniciado em 2025 o processo de classificação da Paisagem Cultural do Planalto de Santo António, através de um processo participativo entre o Património Cultural, IP, a Câmara Municipal de Alcanena, a Junta de Freguesia e a comunidade, com o objetivo de proteger e valorizar a paisagem cultural da Serra de Santo António, marcada por um ecossistema muito particular ligado ao olival tradicional. Acompanha este processo a inventariação do Património Cultural Imaterial para o registo de tradições e práticas culturais no Inventário Nacional, com recolha de testemunhos em vídeo e fotografia. Dadas as características culturais, sociais e patrimoniais desta aldeia, decorre, ainda, um projeto piloto de certificação de Aldeia de Bem-Estar, integrado no Plano de Animação Territorial proposto pela Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte (ADIRN), assente na capacitação da população e na implementação de um plano de ação.

Carta Arqueológica do concelho de Alcanena.

Numa iniciativa inserida nas atividades nacionais do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, em abril de 2025 o Município de Alcanena apresentou os resultados preliminares da Carta Arqueológica do Concelho. Realizada no Museu Municipal, a apresentação – levada a cabo pelo arqueólogo Marco Liberato – teve como objetivo dar a conhecer o trabalho já realizado.

A apresentação da versão final da Carta Arqueológica do Concelho de Alcanena irá ocorrer também no âmbito da celebração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios 2026, e terá lugar no dia 18 de abril, na Junta de Freguesia de Bugalhos. Este documento de desenvolvimento do território é também um importante contributo para o conhecimento e valorização do nosso património.

All Come

Integrado no programa da edição de 2025 do Festival Entretanto, realizou-se, no dia 6 de julho, o All Come – III Encontro das Comunidades Migrantes Residentes no Concelho de Alcanena, que incluiu partilha gastronómica e mostra cultural. A iniciativa reuniu um total de 13 comunidades migrantes, designadamente, Angola, Bangladesh, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Índia, Moçambique, Moldávia, Paquistão, Roménia, São Tomé e Príncipe, Ucrânia e Venezuela.



All Come – Acolher em Liberdade – dá nome ao Programa Municipal para o Acolhimento e Integração de Migrantes no Concelho de Alcanena, cujo princípio inspirador é que todos são bem-vindos a Alcanena, num propósito de integração com a comunidade local, da igualdade de oportunidades e da justiça social.

Autarquia Familiarmente + Responsável

A Câmara Municipal de Alcanena foi distinguida, pelo 7.º ano consecutivo, como Autarquia + Familiarmente Responsável®, uma iniciativa da Associação Nacional das Famílias Numerosas, através do Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis. Este prémio reconhece, por um lado, a autarquia enquanto entidade empregadora, pela adoção de medidas facilitadoras de conciliação de vida familiar e laboral para os seus trabalhadores; e, por outro, o trabalho desenvolvido para com os munícipes, com medidas facilitadoras da vida familiar, em particular para as famílias com três ou mais filhos.

Saúde + Requalificação dos edifícios da USCP de Alcanena e do Pólo de Minde

O Município de Alcanena está empenhado na melhoria das condições de acesso aos Cuidados de Saúde Familiar por todos os munícipes. Dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser realizado, as ações desenvolvidas em 2025 abrangeram: a promoção de parcerias com outras entidades visando assegurar a prestação de cuidados de saúde à população do concelho (ex: celebração de Acordo Bata Branca com a Unidade Local de Saúde do Médio Tejo e com o Centro de Bem Estar Social de Alcanena, reforçando o número de horas disponíveis para o atendimento dos utentes); ações de pressão junto do Ministério da Saúde e da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo no sentido de solucionar a carência de médicos de família no concelho; implementação do Regulamento Municipal de Apoio à Fixação de Médicos/as no Concelho de Alcanena e apoio à realização de rastreios à população.

A requalificação dos Centros de Saúde de Alcanena e Minde, cujas empreitadas iniciaram em 2025, visa aumentar a eficiência energética dos edifícios através da requalificação de fachadas e coberturas, instalação de novos sistemas de AVAC e AQS, sistemas de isolamento térmico, painéis fotovoltaicos, entre outras intervenções. Para execução destas obras, o Município apresentou candidatura ao PRR, a qual foi aprovada. Prevê-se a conclusão dos trabalhos no primeiro semestre de 2026.

Modernização Administrativa

No âmbito do processo de modernização administrativa, e resultado do ciberataque verificado no final de 2023, onde a infraestrutura informática municipal foi grandemente afetada, foi imperativo fortalecer as defesas cibernéticas, reforçar a conscientização da equipa em relação à segurança de informação e investir em tecnologias mais avançadas de deteção e resposta a ameaças, apostando num plano de investimentos a 3 anos com base na consultoria de uma empresa especializada: solução de segurança, infraestrutura, engenharia e sistemas.

Por outro lado, o Município de Alcanena está a implementar alguns projetos que visam tornar os serviços mais eficientes, como o Urbanismo Digital, Formulários Inteligentes e a Digitalização do Arquivo dos Processos Urbanísticos.



CCVA – Centro de Ciência Viva do Alviela

Em 2025 foi dada continuidade à estratégia de promoção do Centro e das suas atividades, num pensamento integrado de todo o complexo existente nos Olhos de Água do Alviela.

Programação cultural

No ano de 2025 continuaram a ser desenvolvidos novos conteúdos e suportes de comunicação digital e não digital que estimulam o interesse dos públicos pela programação cultural, descentralizada, focada nos públicos locais e regionais:

- Implementação de uma programação cultural regular no Cine-Teatro São Pedro, valorizando as parcerias da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses;
- Realização da 3ª Edição do Festival “Entretanto”, promovendo o encontro entre associações, instituições, pessoas e artistas locais e nacionais, e neste ano integrando o All Come – III Encontro das Comunidades Migrantes Residentes no Concelho de Alcanena, que incluiu partilha gastronómica e mostra cultural;
- Desenvolvimento das atividades relativas às comemorações do 51.º Aniversário do 25 de Abril e do 111.º Aniversário da fundação do Concelho;
- Continuidade da programação da Galeria Municipal Maria Lucília Moita, da Biblioteca Municipal e do Museu da Boneca;
- Realização de mais uma edição do FALA – Festival Literário de Alcanena, com enfoque nos encontros com escritores, valorização dos autores locais e na promoção da leitura;
- Realização, em Espinheiro, de uma nova edição do “Natal na Aldeia”, evento inspirado na matriz da comunidade e no associativismo local, nas suas tradições, memórias e costumes.

Prémio Autarquia do Ano 2025

O Museu Municipal de Alcanena, que integrou, em março de 2025, a Rede Portuguesa do Turismo Industrial - e que apresenta uma coleção única no país dedicada aos Curtumes -, foi distinguido com uma menção honrosa na 6.ª Edição do Prémio Autarquia do Ano, na categoria de Conservação do Património, cujo reconhecimento valorizou as melhores práticas e estratégias diferenciadoras na valorização do património cultural do concelho. A distinção das boas práticas municipais estendeu-se às demais áreas de intervenção da autarquia, com o Prémio Excelência Autárquica atribuído aos seguintes projetos: Alcanena Walking Festival, All Come – Programa Municipal para o Acolhimento e Integração de Migrantes no Concelho de Alcanena, Festival Entretanto, Natal na Aldeia – Espinheiro, Dia da Criança – Um dia pelo Mundo e Projeto (Cres) SER -Roteiros na Comunidade. Estas distinções representam o esforço contínuo do Município em implementar projetos sustentáveis, inovadores e com impacto real no território

Desporto

De destacar em 2025 a promoção e o apoio a eventos mobilizadores, como o 8.º Alcanena Trail, em Minde (março), o Alcanena Walking Festival, em Louriceira (23 a 25 de maio) ou as 3H de Resistência BTT Alcanena 2025 (realizadas a 13 de setembro).

Foram mantidos os projetos de promoção da atividade física, como sejam os Centros de Condição Física, as Férias Ativas e os Seniores Ativos.



De destacar ainda a elaboração do Projeto Desportivo de Vila Moreira (ainda em fase de conclusão).

Associativismo

O associativismo tem um papel estratégico na promoção do desenvolvimento local, dando um grande contributo à formação, à promoção da saúde, do bem-estar, da qualidade de vida e do desenvolvimento, e à fruição cultural, desportiva e recreativa da comunidade, bem como à promoção do espírito de cidadania.

A promoção do desenvolvimento do movimento associativo deve assentar, também, num compromisso de responsabilidade partilhada e de colaboração institucional, através de uma estreita articulação entre a Câmara Municipal e as várias estruturas associativas. Por isso, pretende-se ir para além de uma cooperação limitada a respostas e apoios pontuais a solicitação das Associações, assumindo a Câmara Municipal um conjunto de programas de apoio que contribuem para a concretização de um planeamento mais integrado e articulado e para o desenvolvimento de uma rede de parcerias de âmbito municipal e intermunicipal

O apoio às atividades regulares e pontuais das associações e coletividades, com base no Regulamento de Apoio ao Associativismo Local significou em 2025 um valor global superior a meio milhão de euros.

Observatório Ambiental e “Alcanena Green Week 2025”

Foi dada continuidade às atividades do Observatório Ambiental.

A quarta edição do evento Alcanena Green Week decorreu de 31 de maio a 5 de junho de 2025, numa semana dedicada aos temas que marcam a discussão sobre o ambiente: alterações climáticas e sustentabilidade nas organizações e territórios. Organizada em torno do Dia Mundial da Criança (1 de junho) e do Dia Mundial do Ambiente (5 de junho), esta semana apresentou um programa diversificado e inclusivo, destinado a públicos de todas as idades — desde famílias a escolas, empresas, associações e cidadãos em geral, envolvendo a comunidade em atividades educativas, culturais, ambientais e participativas.

O programa teve início a 31 de maio, com a realização de simulacros de sismo e inundação. À tarde, o Museu Municipal acolheu um workshop de reciclagem de móveis. No Mercado Municipal, foi inaugurada uma exposição de imagem de natureza, seguindo-se uma sessão sobre alterações climáticas e a exibição do documentário “Até à última Gota”, protagonizado pela atriz Carla Chambel. O dia 1 de junho foi inteiramente dedicado às famílias e às crianças, com o Atelier “Sentir a pele”, o espaço “Parque do Planeta”, no Jardim da República, e a exposição interativa SOS Planeta. De 2 a 4 de junho, realizaram-se ações de sensibilização nas IPSS, visitas técnicas, encontros institucionais, debates temáticos e atividades participativas, como a apresentação do livro “Não há Planeta B”, de Carmen Lima, e a caminhada urbana pela sustentabilidade. A encerrar a quarta edição do evento esteve, no dia 5 de junho, a sessão “O Futuro da Água”, promovida pela AQUANENA.

Plano Municipal de Adaptação à Ação Climática (PMAC)

A temática da ação climática em Alcanena está centrada na implementação do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC), com foco na adaptação às alterações climáticas, sustentabilidade ambiental e sensibilização comunitária, estando sempre presente na



definição das políticas estruturantes, na preparação de projetos e candidaturas e na implementação nos terrenos da(o)s mesma(o)s.

Gestão de Resíduos

O Ambiente é um dos verticais que norteia a política pública local, estando muito presente na estratégia municipal e prolonga-se em ações ambientais ao longo de todo o ano, como as ações de sensibilização, as campanhas de recolha de resíduos ou a proliferação da prática da compostagem. São exemplos disso a parceria com a RECAPS, Lda., que disponibilizou 15 contentores em locais estratégicos e de fácil acesso para depósito das cápsulas de café usadas, ou a instalação de uma nova rede de oleões, constituída também por 15 equipamentos distribuídos pelas diversas freguesias do concelho, para deposição e encaminhamento adequado dos Óleos Alimentares Usados (OAU) produzidos nas habitações. Ainda de realçar o importante impacto do Ecocentro Móvel. Trata-se de um equipamento compartimentado e itinerante, que permite a deposição de diversas tipologias de resíduos específicos, produzidos nas habitações. Este equipamento permite a recolha de 6 tipologias diferentes de resíduos, designadamente, cápsulas de café; lâmpadas LED e compactas; pilhas e acumuladores portáteis; tinteiros, toners, CD/DVD e cassetes (áudio e vídeo); pequenos equipamentos elétricos e eletrónicos (REEEs); embalagens e latas fechadas com restos de tintas, solventes, vernizes ou produtos de limpeza. Desde o início do projeto, em janeiro de 2025, o Ecocentro Móvel completou 2 circuitos de itinerância, com passagem pelas 10 freguesias do concelho, totalizando 1.184,70 kg de resíduos recolhidos, assim distribuídos:

- Cápsulas de Café 156,00 kg
- Pilhas 228,50 kg
- Lâmpadas 40,70 kg
- CD/DVD's 90,00 kg
- Tintas e Solvente 179,50 kg
- Resíduos de equipamentos Elétricos e Eletrónicos 490,00 kg

De referir ainda a continuação da aposta na recolha e valorização dos bioresíduos, com a dinamização de projetos de compostagem doméstica e comunitária (continuação do projeto SOLO e implementação do PAPERSU - Plano de Ação relativo aos Resíduos Urbanos do Município de Alcanena).

Energia

Em conjunto com a Agência Médio Tejo 21, com a E-Redes, e com outras entidades com experiência comprovada nestas áreas, foram desenvolvidos contactos com vista à melhoria da eficiência energética dos edifícios e equipamentos municipais e da iluminação pública. Estas foram algumas das áreas contempladas no Plano de Redução de Consumos de Energia 2024-2025.

Foi dinamizada a criação de comunidades energéticas locais, de partilha de infraestruturas de geração de eletricidade, gás e distribuição de calor, nomeadamente através de investimento próprio, ou criando condições para que empresas privadas possam investir diretamente (avançou o processo da CIMT e de investidores privados).



Rede de bicicletas elétricas

As bicicletas elétricas partilhadas do o, da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, ficaram disponíveis em 2024, promovendo a mobilidade suave no quotidiano dos cidadãos, oferecendo uma alternativa ecológica e saudável. As bicicletas estão disponíveis em 5 estações de carregamento espalhadas por Alcanena, que estão instaladas junto ao Terminal Rodoviário (Paragens), Praça Marechal Carmona (Praça das Laranjeiras), Jardim da República (Zona Desportiva), Escola Secundária de Alcanena e Zona Residencial junto ao Pavilhão Multiusos (Chã).

Por decisão tomada no Conselho Intermunicipal em 2025, o projeto vai ser alargado a mais estações, sendo que no concelho de Alcanena serão nomeadamente em Bugalhos, Espinheiro, Olhos de Água e Minde.

Bombeiros Municipais de Alcanena

Os Bombeiros Municipais de Alcanena durante o ano de 2025 intervieram em 2437 ocorrências. A emergência pré-hospitalar continua a ser a mais representativa das ocorrências registadas, o que corresponde a 56,63% (1380 ocorrências) do total do serviço efetuado. Importa referir que 3,62% das emergências pré-hospitalares foram realizadas fora do Concelho.

Das 1380 emergências pré-hospitalares realizadas no ano de 2025, esteve presente um TAS em 1354 ocorrências. Verificou-se a presença de um elemento diferenciado em 98% das emergências.

Relativamente às recusas de emergência médica, registou-se um total de 50 recusas, sendo que 37 foram no Concelho, tendo os Bombeiros Voluntários de Minde assegurado a emergência em 14 serviços recusados, sendo necessário a intervenção de meios externos ao Concelho em 18 ocasiões.

Gabinete Médico Veterinário Municipal

No âmbito da proteção da saúde pública, o Serviço Veterinário Municipal (SVM) desenvolveu a Campanha de Vacinação Antirrábica e Identificação Eletrónica (CVAR/IE), em conformidade com as orientações da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV). No total foram vacinados 145 animais, realizadas 68 identificações eletrónicas e emitidos 64 boletins sanitários, tendo sido verificado um aumento no número de vacinações relativamente a anos anteriores. Para além da vacinação antirrábica, no decorrer destas intervenções foram realizadas sensibilização sobre a prevenção de doenças como a leishmaniose canina e outras zoonoses relevantes, bem como esclarecimentos de dúvidas, envolvendo o contacto direto com munícipes.

Ao longo do último ano, o SVM implementou diversas ações de captura de gatos não detidos em articulação com cuidadores locais. Os animais recolhidos foram submetidos a esterilização cirúrgica, identificados eletronicamente e posteriormente devolvidos às respetivas colónias, no mesmo local de origem. 2025 – 143 gatos esterilizados.

Em 2025, foram recolhidos um total de 71 animais errantes, dos quais 21 cães e 50 Gatos, foram adotados 24 cães e 36 gatos, totalizando 60 adoções e foram esterilizados um total de 196 animais (17 cães e 179 gatos) e registaram-se 5 óbitos (3 cães e 2 gatos) por motivo de doença, e 11 eutanásias (2 cães e 9 gatos).

O SVM desenvolveu diversas ações de fiscalização em resposta a denúncias ou participações de munícipes, forças de segurança e outras entidades.

No âmbito das suas competências de segurança alimentar e saúde pública, o Serviço



Veterinário Municipal assegura a inspeção sanitária periódica dos talhos do município no âmbito do Programa PACE (Plano de Aprovação e Controlo dos Estabelecimentos), tendo fiscalizado um total de cinco talhos cujas ações corretivas foram imediatas em situações de incumprimento menor (armazenamento inadequado, ausência de registos de limpeza, equipamentos com manutenção deficiente, etc.).

Foram ainda realizadas ações de sensibilização em escolas e eventos municipais.

Estatuto do Direito de Oposição

No ano civil de 2025, o Executivo assegurou o cumprimento do estipulado no n.º 3 do artigo 5.º da Lei 24/98, de 26 de maio, na medida em que foram asseguradas as condições adequadas ao cumprimento do Estatuto de Direito de Oposição, sendo que a criação de condições para a efetivação dos direitos e garantias dos respetivos titulares, contribuiu para o reforço da participação democrática.

Em cumprimento do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição e da alínea u), do n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, determinou o Presidente da Câmara que o relatório anual fosse enviado ao Presidente da Assembleia Municipal de Alcanena e aos titulares do direito de oposição: Vereadores e Membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista (PS) e Membros da Assembleia Municipal do Chega, e por último a sua publicação na página da Internet da Câmara Municipal.

De acordo com o estipulado no ponto 3 do artigo 5.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, foi enviado ofício aos elementos da oposição, a solicitar o envio de contributos para a elaboração dos documentos previsionais para o ano 2026.

Foi também enviada para conhecimento, informação regular à Assembleia Municipal, com as informações referentes às atividades realizadas, situação financeira e relação de processos judiciais em curso.

Notas Finais

A atividade anual do Município de Alcanena é vasta, engloba a gestão estratégica, financeira e operacional, e caracteriza-se pela diversidade, quantidade e qualidade, rigor e profissionalismo, exigência e transparência, obrigando a uma cuidada gestão de todos os seus recursos, tanto no planeamento como na sua implementação.

Foram cumpridos os objetivos mais relevantes fixados para a atividade da Câmara Municipal, o que permite assumir um balanço muito positivo da atividade no ano de 2025.

Já no mandato autárquico que terminou em 2025 é de destacar a implementação de grandes projetos estruturantes, como o Parque Empresarial, o Projeto Couros, a Fábrica de Cultura de Minde, os projetos de habitação a custos acessíveis ou o Projeto Ouro Líquido, entre outros. De salientar também a importância da presença do município em redes europeias. Ao longo destes últimos anos preparámos as bases para um novo ciclo de desenvolvimento do nosso concelho, com o propósito de tornar Alcanena cada vez mais atrativo ao investimento e ao crescimento económico.

Deste modo se faz aqui nota de agradecimento e reconhecimento a todos os que deram contributo, funcionários, empresas prestadoras de bens e serviços, entidades públicas e privadas, cidadãos.

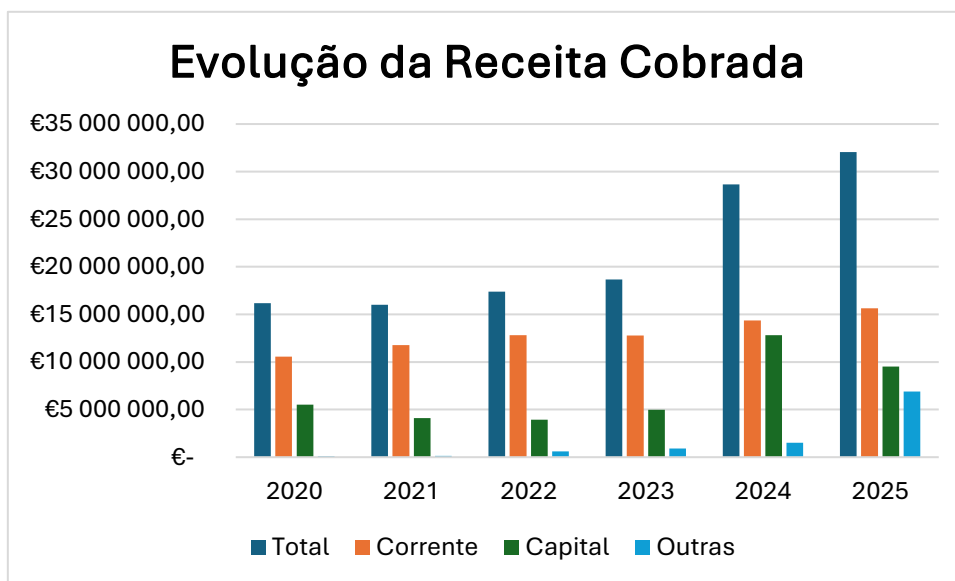


2. Análise Orçamental

2.1. Execução Orçamental da Receita

2.1.1. Receitas

As receitas cobradas líquidas em 2025 foram de € 32.062.330,47, sendo Receita Corrente o valor de € 15.631.604,63, Receita de Capital € 9.526.573,41 e outras receitas no valor de € 6.904.152,43, que representam relativamente ao ano anterior, um acréscimo de cerca de 12% de receita líquida cobrada, ou seja, foram recebidos mais € 3.389.617,11, comparativamente com o ano de 2024.

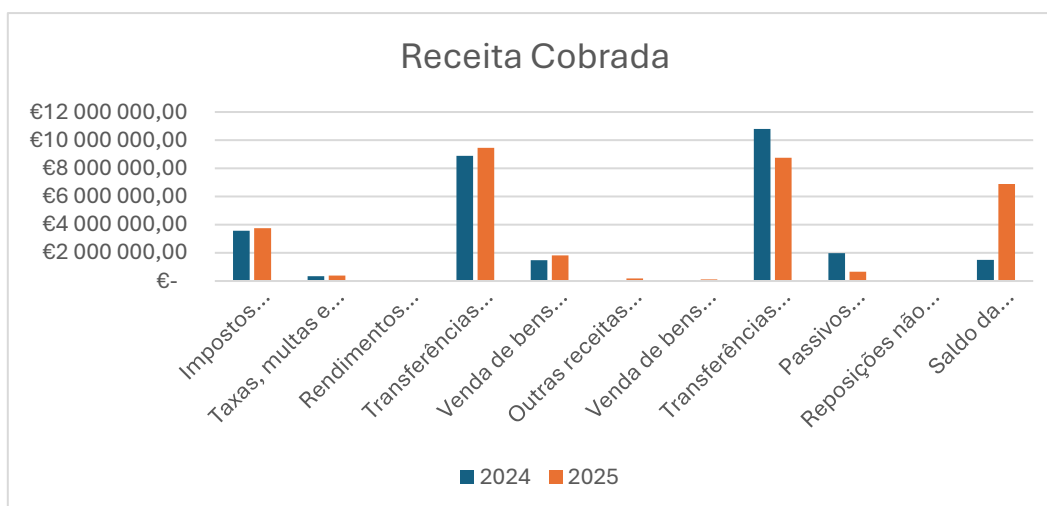


Após o ano de 2020, inclusive, até ao presente ano o valor total da receita cobrada líquida foi superior a 15 milhões de euros, sendo que no ano de 2025 se verifica um ligeiro aumento relativamente a 2024, que se explica, sobretudo pela verba do saldo de gerência, que é espelhado na rúbrica outras receitas. De referir que a receita total de 2025 é cerca do dobro do ano de 2021, o que revela a grande evolução na operação, mas sobretudo no investimento da Câmara Municipal.

Nas figuras seguintes, podem ser observadas as rúbricas em que se verificaram as oscilações de receitas mais significativas e onde os desvios entre a previsão e o cobrado foram mais significativos:



Clas.	Designação	Receitas Cobradas Liquidadas 2024	Previsões Corrigidas 2025	Receitas Cobradas Liquidadas 2025	% cobrada s/ total 2025	Grau Execução Receita 2025
01	Impostos directos	3 563 775,20 €	3 581 402,93 €	3 755 336,09 €	11,71%	104,86%
04	Taxas, multas e outras penalidades	330 482,59 €	507 346,46 €	383 981,63 €	1,20%	75,68%
05	Rendimentos da propriedade	33 707,84 €	6 178,05 €	57 861,27 €	0,18%	936,56%
06	Transferências correntes	8 878 436,02 €	9 783 348,66 €	9 446 681,43 €	29,46%	96,56%
07	Venda de bens e serviços correntes	1 485 413,50 €	1 609 490,60 €	1 814 751,24 €	5,66%	112,75%
08	Outras receitas correntes	39 638,64 €	44 287,90 €	172 992,97 €	0,54%	390,61%
Total Receitas Correntes		14 331 453,79 €	15 532 054,60 €	15 631 604,63 €	48,75%	100,64%
09	Venda de bens de investimento	25 078,00 €	10 934,00 €	121 403,81 €	0,38%	1110,33%
10	Transferências de capital	10 807 263,78 €	14 228 317,49 €	8 741 834,26 €	27,27%	61,44%
12	Passivos financeiros	1 977 344,69 €	2 199 553,08 €	663 335,34 €	2,07%	30,16%
Total Receitas Capital		12 809 686,47 €	16 438 804,57 €	9 526 573,41 €	29,71%	57,95%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	697,73 €	1 000,00 €	18 519,27 €	0,06%	1851,93%
16	Saldo da gerência anterior	1 505 507,11 €	6 885 633,16 €	6 885 633,16 €	21,48%	100,00%
Outras Receitas		1 506 204,84 €	6 886 633,16 €	6 904 152,43 €	21,53%	100,25%
Total		28 647 345,10 €	38 857 492,33 €	32 062 330,47 €	100,00%	82,51%



O valor recebido de Impostos Diretos manteve-se semelhante ao ano de 2024, com ligeiros aumentos no IMI, no Imposto Único de Circulação e no Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis, registando-se uma ligeira redução apenas na derrama.

No ano de 2025 o valor cobrado em taxas, multas e outras penalidades foi inferior ao previsto em cerca de 123 mil euros, influenciado principalmente pelo não recebimento de 176 mil euros relativos à multa aplicada à TOELTA por incumprimento contratual das empreitadas das Rede de Saneamento do Covão do Coelho e Vale e Rede de Saneamento do Carvalheiro.

As transferências correntes recebidas em 2025 foram inferiores ao previsto em cerca de 337 mil euros.

Neste ano de 2025 a Venda de Bens e Prestação de Serviços teve um valor cobrado superior ao previsto, na ordem dos 205 mil euros, o que revela a evolução da dinâmica económica e social do Concelho no ano de 2025, destacando-se a enorme evolução de vendas de bilheteira no Cine-Teatro São Pedro, bem como o aumento da procura nos



serviços da educação como o fornecimento de refeições escolares e os prolongamentos.

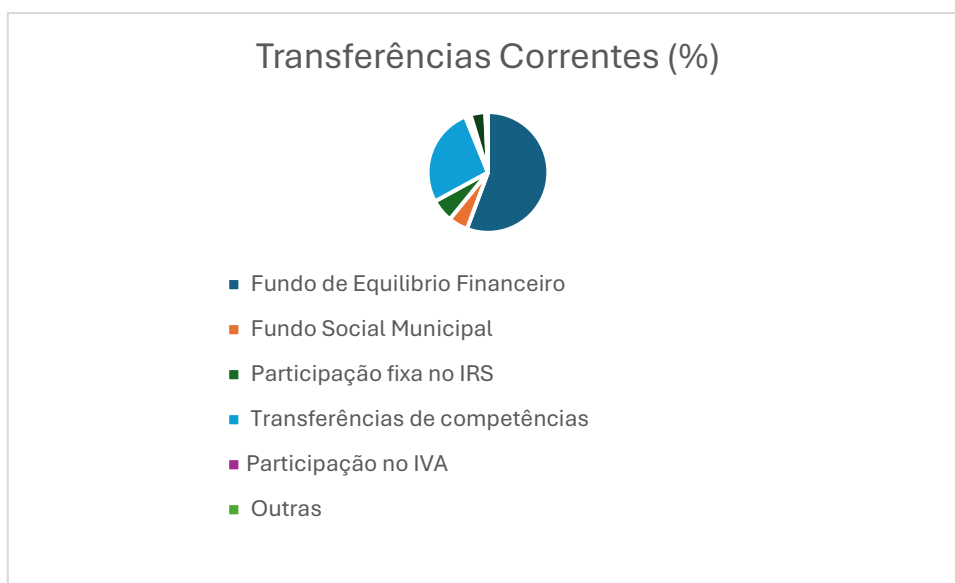
Já nas Receitas de Capital foi cobrado um valor inferior ao previsto de Transferências de Capital (cerca de 5,486 milhões de euros), que reflete a dificuldade de execução do PRR e do Portugal 2030, mas sobretudo revela o tempo de espera para que as transferências sejam efetuadas pelos organismos intermédios (IHRU, CCDR, Fundo Ambiental, ACSS, entre outros), condicionada pela capacidade de tesouraria limitada destas entidades no final do ano civil, que condicionou o recebimento de verbas de pedidos de pagamento efetuados atempadamente.

Nas Receitas Correntes, os capítulos com maior relevo no orçamento do Município de Alcanena continuam a ser as Transferências Correntes, que representam 29,46% do total da Receita, os Impostos Diretos representando 11,71% e a Venda de Bens e a Prestação de Serviços que representam 5,66%.

Nas Receitas de Capital, as Transferências de Capital representaram 27,27% do total do orçamento e os Passivos Financeiros 2,07%.

No ano de 2025, o saldo da gerência anterior representa 21,48% do valor total do orçamento da receita cobrada líquida.

2.1.2. Transferências Correntes e de Capital de 2025



As Transferências Correntes obtidas em 2025, à semelhança de anos anteriores, tiveram origem principalmente nas transferências do Orçamento de Estado. A principal fonte de Receita é a relativa ao FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro que representa em 2025 49,16% das Transferências Correntes.

Transferências de Capital (%)



- Fundo de Equilíbrio Financeiro
- Transf. art. 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013
- FEDER
- Fundo Coesão
- Serviços e fundos autónomos

As transferências de capital arrecadadas no ano de 2025 para comparticipação de investimentos, foram distribuídas principalmente entre as transferências relativas a comparticipações no âmbito do FEDER representado estas 49,79%.

As transferências o Orçamento do Estado para o Município em 2025, representam 18,26% do total das transferências de capital, sendo 5,90% relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, 12,36% de Transferências relativas ao art. 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013.

Participação do Município nos Impostos do Estado

As receitas arrecadadas e provenientes do Orçamento do Estado no ano de 2025 relativas à Participação do Município nos Impostos do Estado, foram de € 10.558.434,00 sendo que € 8.962.089,00 são transferências correntes e € 1.596.345,00 são transferências de capital.

O valor correspondente e constante no Orçamento do Estado de € 10.558.434,00, é assim distribuído:

- FEF Corrente: € 4.643.585,00;
- Fundo Social Municipal: € 436.090,00;
- Participação no IRS: € 512.358,00;
- Transferências relativas às transferências de competência – Lei /2018: € 2.232.422,00;
- Participação no IVA: € 57.244,00;
- Transferências relativas ao art. 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013 corrente: € 1.080.390,00;
- FEF Capital: € 515.954,00;
- Transferências relativas ao art. 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013 capital: € 1.080.391,00;

2.1.3. Fundos Comunitários

Os valores recebidos relativos a comparticipações comunitárias durante o ano de 2025, foram no valor total de € 7.467.843,95, sendo os € 4.364.819,88 provenientes do FEDER, € 2.770.694,49 provenientes de serviços e fundos autónomos e €



332.329,58 de outras participações comunitárias como os valores mais relevantes nesta rubrica.

O valor total recebido de participações referente a transferências correntes é no valor de € 456.790,64 e transferências de capital no valor de € 7.011.053,31.

2.1.4. Venda de Bens e Prestação de Serviços

Na rubrica relativa à Venda de Bens e Prestação de Serviços, o valor total recebido foi de € 1.814.751,24, verificando-se um acréscimo de € 309.578,02, relativamente ao ano de 2024.

Há a destacar as principais rubricas relativas às receitas cobradas com a venda de bens e prestação de serviços:

- Serviços Sociais, recreativos, culturais e de desporto: € 95.385,73 (aumento de 32,6% em relação a 2024);
- Tarifa de RSU: € 471.769,01 (valor inferior ao ano de 2024);
- Transportes efetuados pelos Bombeiros/ambulâncias: € 72.607,59 (valor inferior ao de 2024);
- Fornecimento de Refeições Escolares (EB1, JI e 2º e 3º ciclo): € 201.581,51 (valor superior ao ano de 2024);
- Renda da concessão da rede elétrica: € 709.615,11;
- Renda exploração parque eólico: € 108.487,90;

2.1.5. Empréstimos

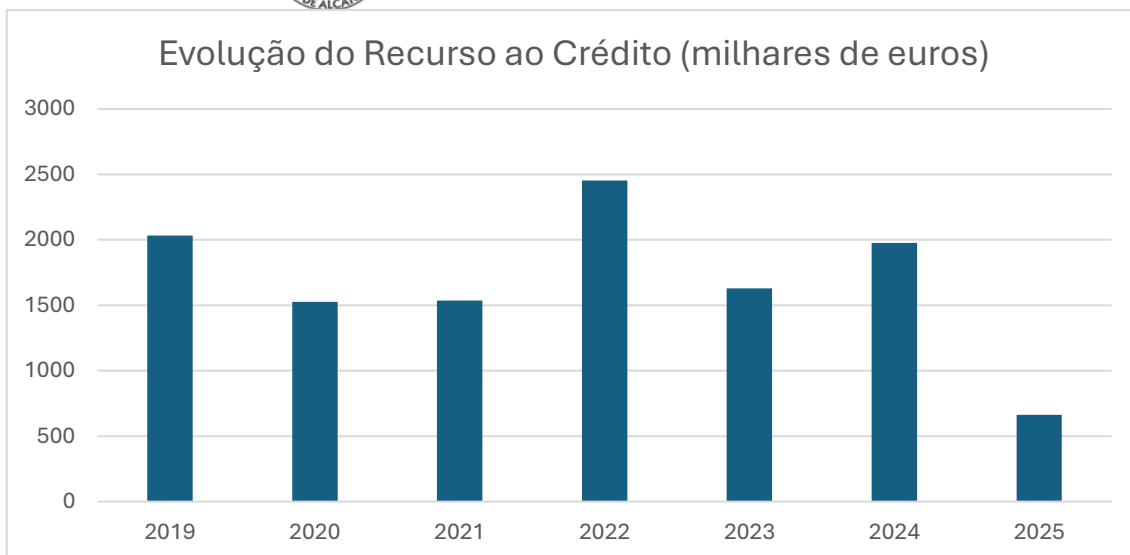
Importa aqui referir que a contratação de empréstimos de Médio e Longo Prazos se encontrava limitada pela Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei 2/2007, de 15 de janeiro, nomeadamente no seu artigo 39.º.

Por sua vez a Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, embora não defina um limite para a contratação de empréstimos de Médio Longo Prazo, define que, caso o Município cumpra o Limite da Dívida Total, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 40% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

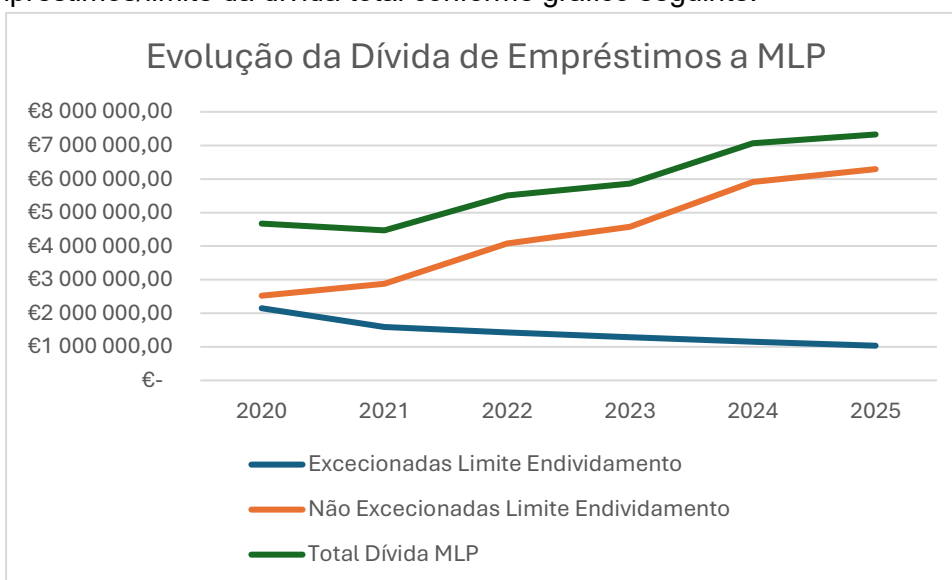
Em 31-12-2025 o valor médio da Receita Líquida cobrada nos últimos 3 anos, acrescido de 1.5% era de € 19.990.184,57, e o valor da dívida total das Operações Orçamentais do Município era de € 12.252.328,61 (sem considerar o contributo das entidades participadas).

No ano de 2025 foi também utilizado o valor de € 663.335,34 relativo à utilização do empréstimo de MLP contratado com a Caixa de Crédito Agrícola para financiamento do investimento nas Infraestruturas da 1ª Fase do Parque Empresarial de Alcanena, contratado em 2025.

O gráfico seguinte ilustra a evolução do Recurso ao Crédito relativamente a anos anteriores:



Importa aqui analisar também a evolução do peso do recurso ao crédito na dívida a médio longo prazo do Município e a sua influência no cálculo do limite geral de empréstimos/limite da dívida total conforme gráfico seguinte:



Em 2025 verifica-se um ligeiro aumento do valor global em dívida (3,77%), com uma diminuição do valor não excecionado do limite e um ligeiro aumento do valor excecionado.

Em junho de 2025 foi contratualizado um empréstimo de médio longo prazo com Caixa de Crédito Agrícola, visado pelo Tribunal de Contas em 22 de abril de 2025, com vista ao financiamento de investimentos do PPI, até ao montante de € 4.700.000.

O empréstimo tem um prazo de 20 anos e período de utilização e carência de 24 meses, ocorrendo a primeira utilização em setembro de 2025.

O valor utilizado em 2025 foi de € 663.335,34.



2.2 – Execução Orçamental da Despesa

2.2.1 - Distribuição da Despesa por Classificação Orgânica

Analisando a Despesa por Classificação Orgânica, verificamos que em 2025 as rubricas que representam maior peso na despesa paga do Município são: Infraestruturas e Equipamentos Municipais, Educação e a Câmara Municipal.

Designação	Total Despesa paga (2024)	2024 (%)	Dotação Corrigida (2025)	Total Despesa paga (2025)	2025 (%)	Grau de Execução
Assembleia Municipal	15 439,40 €	0,07%	10 498,66 €	10 498,66 €	0,04%	100,00%
Câmara Municipal	2 964 112,71 €	14,04%	3 244 044,05 €	2 445 559,39 €	8,26%	75,39%
Operações Financeiras	1 073 741,34 €	5,09%	706 391,09 €	680 974,39 €	2,30%	96,40%
Classes Inativas	1 808,96 €	0,01%	2 436,53 €	2 436,53 €	0,01%	100,00%
Administração Geral e Finanças	980 649,87 €	4,65%	1 127 258,17 €	991 375,58 €	3,35%	87,95%
Desenvolvimento Social	910 619,22 €	4,31%	2 061 082,67 €	1 570 239,28 €	5,30%	76,19%
Cultura e Turismo	1 216 264,51 €	5,76%	2 273 304,67 €	1 370 362,20 €	4,63%	60,28%
Juventude e Desporto	1 186 656,93 €	5,62%	1 310 220,17 €	825 186,13 €	2,79%	62,98%
Educação	4 030 795,88 €	19,10%	8 441 411,87 €	6 651 479,75 €	22,45%	78,80%
Infraestruturas e Equipamentos Municipais	5 412 450,01 €	25,65%	15 339 025,56 €	11 599 930,81 €	39,16%	75,62%
Proteção Civil e Gestão Florestal	1 679 722,12 €	7,96%	1 671 885,66 €	1 468 398,80 €	4,96%	87,83%
Planeamento, Ordenamento e Urbanismo	286 624,21 €	1,36%	352 440,50 €	302 596,28 €	1,02%	85,86%
Ambiente e Serviços Urbanos	600 044,59 €	2,84%	728 399,84 €	499 878,20 €	1,69%	68,63%
Complexo do Alviela	253 396,17 €	1,20%	367 664,76 €	290 797,81 €	0,98%	79,09%
Cine-Teatro S. Pedro	155 512,76 €	0,74%	552 426,44 €	498 593,36 €	1,68%	90,26%
Biblioteca Municipal de Alcanena	182 287,72 €	0,86%	173 961,73 €	160 285,57 €	0,54%	92,14%
Economia e Empreendedorismo	154 597,84 €	0,73%	295 049,96 €	254 406,24 €	0,86%	86,22%
TOTAL GLOBAL	21 104 724,24 €	100,00%	38 657 502,33 €	29 622 998,98 €	100,00%	76,63%

2.2.2 – Distribuição da Despesa por Classificação Económica

A despesa paga em 2025 foi de € 29.622.998,98, sendo que as despesas correntes pagas foram de € 13.830.937,55 e as despesas de capital pagas foram de € 15.792.061,43, representando relativamente ao ano anterior um acréscimo global de € 8.437.675,24, o equivalente a um acréscimo de 39,83% relativamente ao ano de 2024.

Este aumento verificou-se principalmente ao nível das despesas com pessoal, que resultam num aumento de despesas correntes de 89.717,89€ e aquisição de bens de capital, que resulta num aumento de 8.437.675,24 € de despesas de capital.

A tabela seguinte evidencia o resumo dos valores pagos por classificação económica.

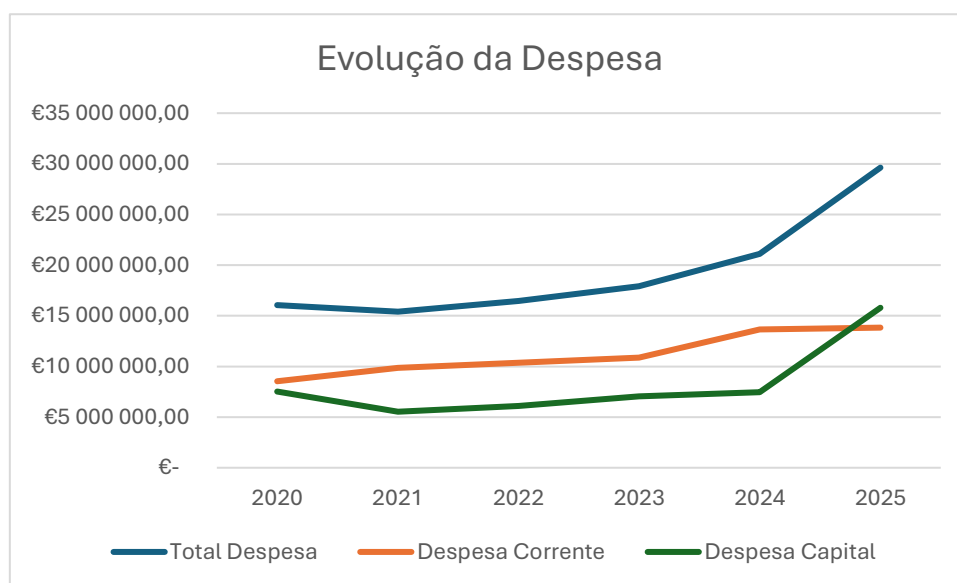


Designação	Total Despesa paga (2024)	2024 (%)	Total Despesa paga (2025)	2025 (%)	Diferença
Pessoal	6 322 962,89 €	29,85%	7 041 254,71 €	23,77%	718 291,82 €
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5 288 191,09 €	24,96%	4 463 525,03 €	15,07%	- 824 666,06 €
Juros e Outros Encargos	274 396,14 €	1,30%	284 030,65 €	0,96%	9 634,51 €
Transferências Correntes	1 524 752,98 €	7,20%	1 576 586,65 €	5,32%	51 833,67 €
Subsídios	89 555,00 €	0,42%	11 409,58 €	0,04%	- 78 145,42 €
Outras Despesas Correntes	241 361,56 €	1,14%	454 130,93 €	1,53%	212 769,37 €
Total Despesas Correntes	13 741 219,66 €	64,86%	13 830 937,55 €	46,69%	89 717,89 €
Aquisição de Bens de Capital	6 236 361,31 €	29,44%	15 059 714,72 €	50,84%	8 823 353,41 €
Transferências de Capital	406 830,58 €	1,92%	335 022,91 €	1,13%	- 71 807,67 €
Passivos financeiros	800 912,19 €	3,78%	397 323,80 €	1,34%	- 403 588,39 €
Total Despesas de Capital	7 444 104,08 €	35,14%	15 792 061,43 €	53,31%	8 347 957,35 €
TOTAL GLOBAL	21 185 323,74 €	100,00%	29 622 998,98 €	100,00%	8 437 675,24 €

Do valor total das despesas pagas, foram pagos € 768.255,58 referentes a despesas de anos anteriores, correspondente a € 503.031,72 de despesas correntes e € 265.223,86 de despesas de capital.

2.2.3 - Despesas Correntes e de Capital

Vejamos a evolução da despesa paga desde o ano de 2020.



Este ano o valor total da Despesa paga foi cerca de 8,518 milhares de euros superiores, sendo que no ano de 2024 o valor pago foi de cerca de 21.105 milhares de euros e neste ano foi de 29.623 milhares de euros.

As Despesas de Capital pagas, por sua vez foram no valor de € 15.792.061,43, a que corresponde um acréscimo de cerca de 112,14%, relativamente ao ano anterior, o que reflete claramente o grande investimento em empreitadas que irão transformar o território.



2.2.4 – Despesa com Pessoal

As despesas com pessoal pagas no ano de 2025 foram de € 7.041.254,71, valor superior ao pago em 2024 em € 718 291,82 (aumento de 11,36%).

As remunerações certas e permanentes, em 2025, são o agregado com maior peso no total das despesas com pessoal, 78,17%.

Este aumento está justificado pela Lei do Orçamento de Estado para 2025 (Lei n.º 45-A/2024 de 31 de dezembro), que contemplou várias valorizações salariais, que influenciaram positivamente todas as componentes que derivam da remuneração base, nomeadamente, subsídio de férias, Natal; encargos com a segurança social; seguros; suplementos e prémios; valor hora do trabalho suplementar; pensões de acidentes de trabalho; prestações sociais; subsídio de turno; subsídio trabalho noturno; entre outros.

Do agregado, abonos variáveis, fazem parte as despesas com o trabalho suplementar (horas extraordinárias) e o prestado em dias de descanso semanal, complementar e feriados; e ajudas de custo. Este agregado das despesas com pessoal apresentou, face a 2024, uma variação positiva de 19,67% com uma evolução por acréscimo de € 28 113,68, devendo-se essencialmente a horas de trabalho suplementar remuneradas no âmbito do complemento de horário por turnos, da prestação de socorro e emergência (para além do turno) aos operacionais afetos à Corporação de Bombeiros Municipais de Alcanena, trabalho suplementar remunerado para colmatar os horários dos transportes escolares (motorista de transportes coletivos de crianças) e trabalho suplementar necessário para assegurar as atividades culturais e recreativas.

Designação da Despesa	Valor Pago 2024	Valor pago 2025	% sobre o total	Evolução 2024/2025	% de variação
Remunerações Certas e Permanentes	4 877 544,74 €	5 503 949,13 €	78,17%	626 404,39 €	12,84%
Remunerações	3 753 536,80 €	4 291 733,41 €	60,95%	538 196,61 €	14,34%
Representação	52 127,14 €	53 322,16 €	0,76%	1 195,02 €	2,29%
Subsídio de Refeição	364 998,00 €	377 524,83 €	5,36%	12 526,83 €	3,43%
Subsídio de Férias e Natal	622 358,96 €	708 631,56 €	10,06%	86 272,60 €	13,86%
Rem. Por Doença e maternidade/paternidade	84 523,84 €	72 737,17 €	1,03%	- 11 786,67 €	-13,94%
Abonos Variáveis	240 484,73 €	287 786,23 €	4,09%	47 301,50 €	19,67%
Horas Extraordinárias	127 480,63 €	164 225,83 €	2,33%	36 745,20 €	28,82%
Ajudas de Custo	8 657,31 €	8 997,79 €	0,13%	340,48 €	3,93%
Abono para Falhas	6 930,50 €	6 525,50 €	0,09%	- 405,00 €	-5,84%
Subsídio de Trabalho noturno	3 788,13 €	4 821,78 €	0,07%	1 033,65 €	27,29%
Subsídio de Turno	71 877,60 €	86 025,63 €	1,22%	14 148,03 €	19,68%
Outros Suplementos e Prémios	21 750,56 €	17 189,70 €	0,24%	- 4 560,86 €	-20,97%
Segurança Social	1 204 933,42 €	1 249 519,35 €	17,75%	44 585,93 €	3,70%
Encargos com a Saúde	35 561,42 €	930,40 €	0,01%	- 34 631,02 €	-97,38%
Outros Encargos com a saúde	4 024,45 €	- €	0,00%	- 4 024,45 €	-100,00%
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	6 470,49 €	3 713,94 €	0,05%	- 2 756,55 €	-42,60%
Outras Prestações Familiares	3 759,24 €	3 475,13 €	0,05%	- 284,11 €	-7,56%
Contribuições para a Segurança Social	1 102 513,00 €	1 196 640,77 €	16,99%	94 127,77 €	8,54%
Acidentes em Serviço e doenças Profissionais	4 396,42 €	972,90 €	0,01%	- 3 423,52 €	-77,87%
Outras Pensões	62,68 €	- €	0,00%	- 62,68 €	-100,00%
Seguros	48 208,40 €	43 786,21 €	0,62%	- 4 422,19 €	-9,17%
Total Pago no Ano	6 322 962,89 €	7 041 254,71 €	100,00%	718 291,82 €	11,36%



À data de **31 de dezembro de 2025**, o Município contava com um total de **300 trabalhadores ao serviço**, para efeitos de **Balanço Social e SIIAL**, não sendo para este efeito considerados os eleitos locais nem os membros do respetivo gabinete de apoio, nos termos legalmente aplicáveis.

Estrutura e vínculos de emprego

Nesse contexto, 265 trabalhadores exerciam funções ao abrigo de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, distribuindo-se pelas diferentes carreiras e categorias profissionais, com predominância das carreiras de assistente operacional, assistente técnico e técnico superior, fundamentais para o funcionamento corrente dos serviços municipais.

Trabalhadores em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado:

- 42 Técnicos Superiores
- 29 Assistentes Técnicos
- 55 Assistentes Operacionais

Bombeiros Municipais

- 18 Bombeiros Sapadores

Carreira de Informática

- 4 trabalhadores

Carreira de Fiscalização

- 2 trabalhadores

Contratos de Trabalho a Termo Resolutivo

- 7 Técnicos Superiores
- 1 Assistente Técnico
- 1 Assistente Operacional

Descentralização competências - Educação

No âmbito do processo de descentralização de competências, a **área da educação** continuou a assumir um peso significativo na estrutura de recursos humanos do Município. Em 2025, encontravam-se **129 trabalhadores afetos à área da educação**

Em regime de contrato por tempo indeterminado:

- 94 Assistentes Operacionais
- 10 Assistentes Técnicos

Em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto:

- 25 Assistentes operacionais

Descentralização competências - Saúde

- 4 Assistentes Operacionais – Em regime de contrato por tempo indeterminado:
- 1 Assistente Operacional - Em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto:

Dirigentes e comissões de serviço

7 trabalhadores em regime de comissão de serviço, dos quais:

- 4 dirigentes intermédios de 2ª grau
- 1 dirigente intermédio de 3ª grau
- 1 Coordenadora Municipal de Proteção Civil Municipal;



- 1 Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais;

Medida Emprego Apoiado e Mercado Aberto (Medida do IEFP)

- 4 trabalhadores em Contrato Individual de Trabalho - que lhes confere o mesmo estatuto de trabalhadores em funções públicas por tempo indeterminado, sem serem detentores de relação jurídica de emprego público;

Despesas Pagas no ano		Número de Funcionários		
Ano	Euros	Quadro	Contratual	Total
		Pertencentes ao Mapa Pessoal		
2019	€ 3.532.801,30	176(1)	8(2)	184
2020	€ 3.751.312,19	237	22	259
2021	€ 4.868.085,03	248(1)	15	263
2022	€ 5.131.297,69	269(1)	21(2)	290
2023	€ 6.060.105,23	257(1)	26(2)	283
2024	€ 6.322.962,89	274	24(2)	298
2025	€ 7.041.254,71	265(1)	35(2)	300

(1) Trabalhadores em regime de Contrato de Trabalho para Funções Públicas Por Tempo Indeterminado; Comissões de Serviço; e em Contrato Individual de Trabalho, proveniente da Medida de Emprego Apoiado e Mercado Aberto.

(2) Trabalhadores em regime de Contrato de Trabalho para Funções Públicas Por Tempo Determinado (a termo – certo ou incerto)

Estágios Profissionais e Curriculares

Durante o ano de 2025 foram celebrados vários protocolos com diversas instituições de ensino, dos quais resultou a integração nas pausas letivas de 38 estagiários de âmbito curricular, divididos pelas seguintes áreas:

- Turismo;
- Nutrição
- Comunicação;
- Gestão;
- Desporto de Natureza e Turismo Ativo;
- Desporto;
- Informática e Sistemas;
- Gestão Equipamentos Informáticos;
- Protótipos Digitais e Desenho 3D
- Proteção Civil
- Serviço social
- Multimédia.



Estes programas, fazem parte da atividade de gestão de recursos humanos, mas não entram na contagem do n.º de trabalhadores ao serviço.

Rotatividade de Pessoal:

Durante o ano de 2025, verificaram-se 10 saídas, cujos motivos de cessação de funções foram:

Saídas

Grupo profissional	N.º Saídas	Motivos
TS	1	Mobilidade
TS	1	Demissão
AT	1	Mobilidade
AT	2	Aposentação
AO	1	Demissão
AO	3	Aposentação/reforma
AO	1	Saída para outro órgão/serviço
	10	Saídas

Entradas:

Verificou-se uma entrada de 20 trabalhadores, por via de recrutamentos para novos postos de trabalho por tempo indeterminado, e a termo resolutivo:

Entradas	N.º Entradas	Tipologia Vínculo
Grupo Profissional		
TS	2	CTFP Indeterminado
TS	5	CTFP a Termo
AT	1	CTFP Indeterminado
AT	1	CTFP Certo
AO	11	CTFP Termo Resolutivo Incerto
	20	Entradas

Principais conclusões – Recursos Humanos

- À data de 31 de dezembro de 2025, o Município contava com **300 trabalhadores**, o que traduz um aumento sustentado do efetivo ao longo dos últimos anos. Este crescimento está diretamente associado ao **alargamento das competências municipais**, nomeadamente nas áreas da **Educação e da Saúde**, no âmbito do processo de descentralização de competências.
- Em 2025, registaram-se **entradas superiores às saídas**, demonstrando uma política ativa de recrutamento. A rotatividade observada deve-se sobretudo a



aposentações, mobilidades e demissões, sendo considerada uma rotatividade moderada e equilibrada.

- A estrutura de pessoal evidencia uma clara opção pela **estabilidade laboral**, com a maioria dos trabalhadores vinculados através de **contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**, assegurando maior continuidade e eficiência na prestação do serviço público.
- Os contratos de trabalho a termo resolutivo continuam a ser utilizados de forma pontual e estratégica, sobretudo para responder a necessidades temporárias, com particular incidência na área da Educação
- As **despesas com pessoal têm vindo a aumentar de forma consistente** desde 2019, acompanhando o crescimento do número de trabalhadores e refletindo não só a integração de novos efetivos, mas também os encargos resultantes de progressões, atualizações remuneratórias e novas responsabilidades assumidas pelo Município.
- A área da Educação mantém-se como um dos principais empregadores do Município, concentrando **129 trabalhadores**, maioritariamente assistentes operacionais. Este facto confirma o impacto significativo da descentralização de competências, exigindo uma gestão cuidada dos recursos humanos afetos a este setor essencial.
- A integração de trabalhadores ao abrigo da **Medida de Emprego Apoiado e Mercado Aberto** revela uma vertente socialmente responsável da política de recursos humanos, promovendo a inclusão no mercado de trabalho, sem prejuízo do bom funcionamento dos serviços.
- A integração de **38 estagiários curriculares** em diversas áreas demonstra o compromisso do Município com a **formação, inovação e aproximação ao meio académico**,

2.2.5. Despesa com Aquisição de Bens e Serviços

O valor da despesa paga no ano de 2025 referente à aquisição de bens e serviços foi inferior ao valor pago em 2024.

Se atendermos ao facto de o valor pago de despesas desta natureza em 2025 incluir € 473.386,72 relativos a despesas contraídas em exercícios anteriores a 2025, o valor de despesa paga relativa ao ano de 2025 foi de € 4.463.525,03. No final de 2025 estão em dívida € 990.216,28 de despesa desta natureza.

2.2.6. Juntas de Freguesia

O valor transferido para as Juntas de Freguesia totalizou € 664.300,00, sendo € 574.300,00 Transferências Correntes e € 90.000,00 Transferências de Capital.

No ano de 2025 foram transferidos para todas as juntas e uniões de juntas de freguesia o valor de € 574.300,00 correspondente a transferência de competências do Município para as Juntas e Uniões de Freguesia, no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019.

Foram ainda comparticipados investimentos efetuados por juntas de freguesia:

- Regulamento Acreditar Alcanena – Apoio Extraordinário às Freguesias: € 90.000,00



2.3. Equilíbrio Orçamental (artigo 40.º da RFALEI)

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), define no n.º 2 do artigo 40.º, a seguinte regra de equilíbrio orçamental:

“2 — ... a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.”

Deste modo, verifica-se o seguinte, no final do ano de 2025:

Receita corrente cobrada bruta: € € 15.699.615,17

Despesa corrente paga: € 14.333.969,27

Valor Médio de Amortizações de empréstimos de médio longo prazo: € 546.804,98.

O somatório das despesas correntes pagas com as amortizações de empréstimos de MLP é de € 14.880.774,25, pelo que se cumpre com a regra de equilíbrio orçamental, com uma margem de € 818.840,92.

2.4. Execução das Grandes Opções do Plano

O documento Grandes Opções do Plano engloba duas vertentes, a primeira é a que está diretamente relacionada com o Investimento realizado pelo Município – Plano Plurianual de Investimentos e a segunda engloba os projetos/ações, que embora não sejam investimento por parte da Autarquia, merecem destaque - Atividades Mais Relevantes.

As Grandes Opções do Plano são constituídas pelos seguintes objetivos principais: Funções Gerais, Funções Sociais, Funções Económicas e Outras Funções.

As Funções Gerais são constituídas pelos seguintes programas:

- Administração Geral;
- Proteção Civil e Luta Contra Incêndios.

As Funções Sociais por:

- Ensino Não Superior;
- Serviços Individuais de Saúde;
- Ação Social;
- Habitação;
- Ordenamento do Território;
- Saneamento;
- Abastecimento de Água;
- Resíduos Sólidos;
- Proteção Meio Ambiente e Conservação Natureza;
- Cultura;
- Desporto, Recreio e Lazer;

As Funções Económicas são constituídas pelos seguintes programas:

- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca;
- Indústria e Energia;
- Transportes Rodoviários;
- Mercados e Feiras.

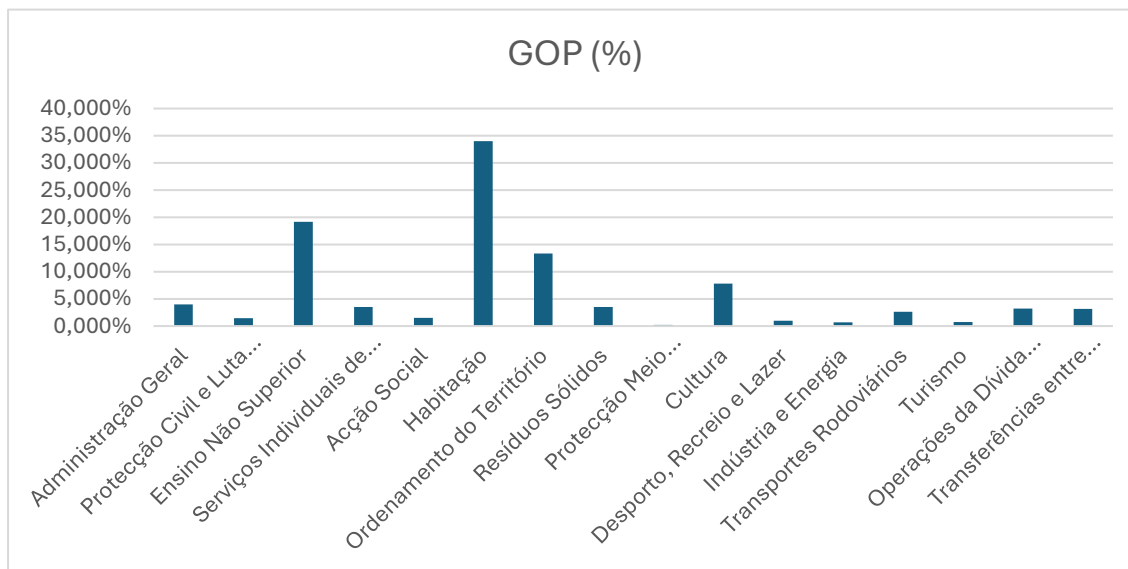
Outras Funções:

- Operações da Dívida Autárquica;



- Transferências entre Administrações;
- Diversas não especificadas.

No ano de 2025 a execução no que respeita às Grandes Opções do Plano, tendo em consideração que o valor pago nas GOP foi de € 21.009.357,51, ou seja 70,92% do valor total pago no ano em análise, sendo a distribuição por programa a seguinte:



2.4.1. Plano Plurianual de Investimentos

Para o ano de 2025 foi previsto investimento no valor de € 21.296.235,97, tendo sido executado o valor de € 15.319.702,96, o que representa um aumento de execução no PPI de cerca de 145% quando comparado com o ano de 2024.

	Montante Previsto	Execução	%	Execução (%)
Administração Geral	401 286,02 €	221 491,73 €	1,45%	55,20%
Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	116 534,38 €	51 567,20 €	0,34%	44,25%
Ensino Não Superior	4 351 963,38 €	3 079 980,06 €	20,10%	70,77%
Serviços Individuais de Saúde	870 559,25 €	502 585,59 €	3,28%	57,73%
Ação Social	1 799,67 €	1 799,67 €	0,01%	100,00%
Habitação	9 257 933,98 €	7 123 160,21 €	46,50%	76,94%
Ordenamento do Território	3 778 193,27 €	2 765 185,98 €	18,05%	73,19%
Resíduos Sólidos	49 570,65 €	34 591,10 €	0,23%	0,00%
Cultura	1 286 525,55 €	790 526,60 €	5,16%	61,45%
Desporto, Recreio e Lazer	316 552,77 €	97 884,74 €	0,64%	30,92%
Indústria e Energia	61 981,29 €	58 215,58 €	0,38%	93,92%
Transportes Rodoviários	688 031,73 €	520 518,02 €	3,40%	75,65%
Mercados e feiras	400,00 €	- €	0,00%	0,00%
Turismo	115 204,03 €	72 196,48 €	0,47%	0,00%
Total PPI	21 296 535,97 €	15 319 702,96 €	100,00%	71,94%

Foi no objetivo Funções Sociais, onde se efetuaram pagamentos de maior valor relativos a investimentos, representando 93,97% do total de Investimento realizado em 2025.



Funções Gerais

O Objetivo Funções Gerais abrange dois Programas: a Administração Geral e a Proteção Civil e Luta Contra Incêndios. No primeiro foram executados € 221.491,73 e no segundo € 51.567,20, sendo de destacar o valor investido em modernização administrativa.

Funções Sociais

No âmbito das Funções Sociais destacaram-se os programas do Ensino Não Superior, a Habitação e o Ordenamento do Território, sendo que se destacam, por ordem de valor de investimento, os seguintes:

- Parque Público de Habitação: 7.123.160,21€
- Escola Secundária de Alcanena: 2.502.526,10€;
- Projeto Couros: 1.152.872,11€;
- Parque Empresarial de Alcanena: 663.335,34€
- Parque do Lavradio: 580.517,59€;
- Centros de Saúde de Alcanena e Minde: 460 162,89€;
- Cine-Teatro São Pedro: 347 233,17€;
- Fábrica de Cultura: 280.200,64€;

Funções Económicas

No âmbito das Funções Económicas, com o total de investimento pago de € 650.930,08, teve os seguintes investimentos como mais relevantes:

- Conservação Estradas e Arruamentos: € 467.341,36.

2.4.2. Atividades Mais Relevantes

Ao nível das Atividades Mais Relevantes, foram pagos em 2025 € 5.689.654,55, sendo repartido da seguinte forma:

- Funções Gerais: € 879.469,84;
- Funções Sociais: € 3.266.104,27;
- Funções Económicas: € 202.406,05;
- Outras Funções: € 1.341.674,39;

3. Análise Financeira

3.1. Balanço

Em 2025 foram efetuados todos os procedimentos relativos à especialização do exercício, atendendo a um adequado registo de gastos e rendimentos no respetivo exercício económico a que respeitam, com os necessários registos de correção à conta de Resultados Transitados, bem como no que respeita a gastos e rendimentos de 2025 cujos registos dos respetivos documentos de recebimento e pagamento apenas se contabilizam no ano de 2026, por registo nas respetivas contas de diferimentos e acréscimos de rendimentos e de diferimentos e acréscimos de gastos.

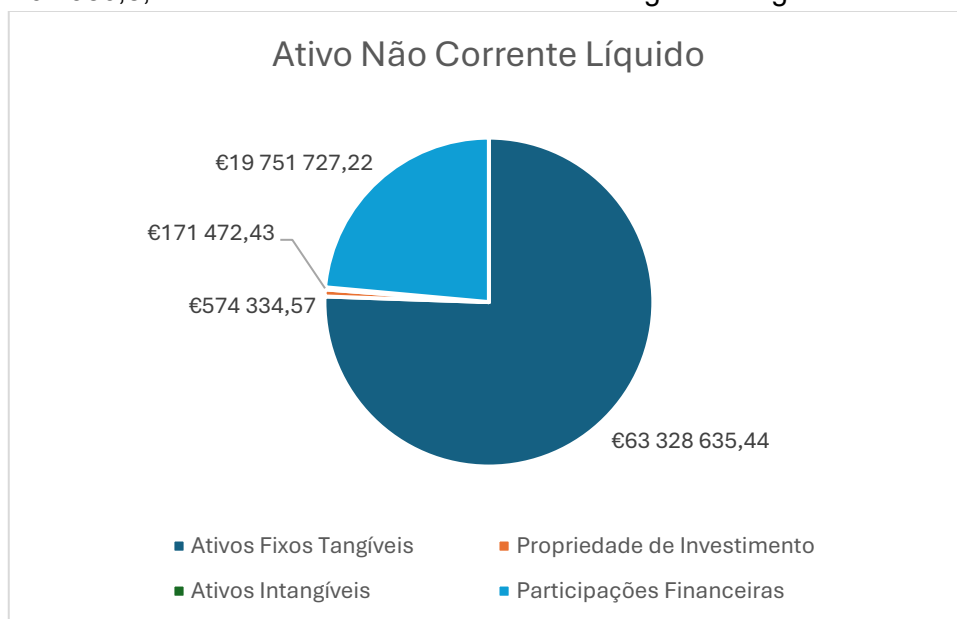
Todas estas melhorias à contabilidade patrimonial foram acompanhadas pelo Revisor Oficial de Contas nomeado para o efeito.

3.1.1. Ativo

O valor total do ativo no final do exercício é de € 90.711.174,45.

Ativo não corrente

No final do exercício de 2025, o Ativo não corrente líquido do Município de Alcanena acusou um total de € 83.848.811,00, valor superior ao relativo ao ano anterior em € 11.207.980,8, distribuído conforme se evidencia no gráfico seguinte.



O Ativo não corrente bruto no final de 2025 era de € 126.888,129,77, assim detalhado:

- Ativos Fixos Tangíveis: € 105.196.001,37;
- Ativos Intangíveis: € 1.366.066,61;
- Propriedades de Investimento: € 574.334,57;
- Participações Financeiras: € 19.751.727,22

O valor de depreciações acumuladas no final de 2025 é de € 43.061.960,11, assim detalhado:

- Ativos Fixos Tangíveis: € 41.867.365,93;
- Ativos Intangíveis: € 1.194.594,18;

O valor do Ativo não corrente líquido representa 92,4% do Total do Ativo, este no total de € 90.711.174,45, percentagem superior à de anos anteriores, pelo aumento do peso relativo da rúbrica *Ativos Fixos Tangíveis*, relacionada com todos os investimentos realizados no ano de 2025.

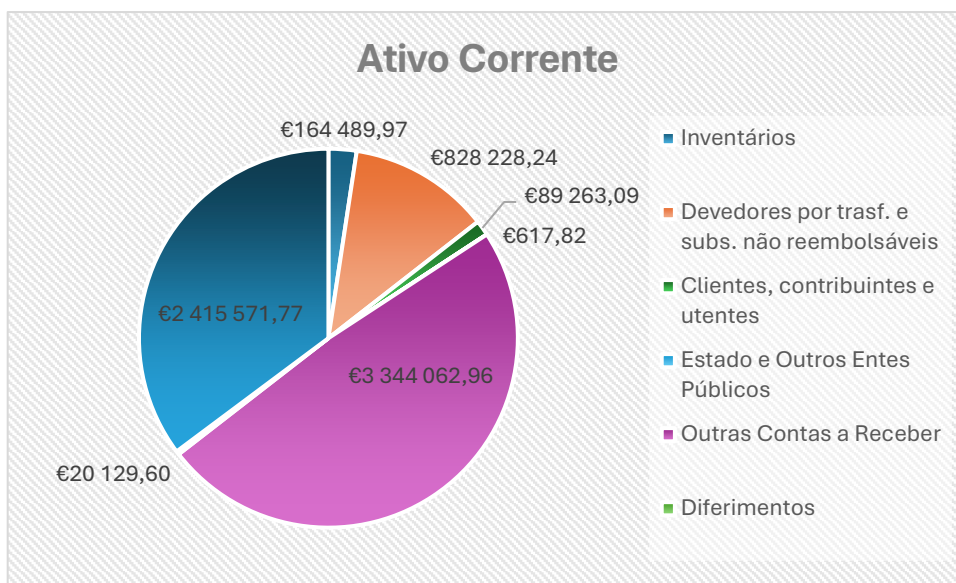
Em 2025 verificámos, relativamente ao ano anterior, aumento do valor do Ativo não corrente bruto no valor de € 13.147.865,31, passando dos € 113.740.264,46 verificados em 2024 para os € 126.888.129,77 verificados em 2025.

Este aumento espelha o investimento efetuado pelo Município de Alcanena, conforme anteriormente já abordado.

Ativo corrente

O valor do ativo corrente representa 7,57% do Total do Ativo, percentagem inferior à de anos anteriores, relacionado com o grande aumento do peso do ativo não corrente.

No final do exercício verifica-se o valor de € 6.862.363,45, valor inferior ao verificado em 2024 que era de € 11.467.407,27, sendo repartido na seguinte forma e percentagens em relação ao ativo corrente:



3.1.2 – Património Líquido e Passivo

O valor total do somatório do Património Líquido com o Passivo no final do exercício é de € 84.108.237,47.

Património Líquido

No que respeita ao Património Líquido, no final do exercício em apreciação o valor total é de € 63.123.598,94, semelhante ao valor do ano de 2024.

Esta rúbrica representa 69,6% do total do Património Líquido e do Passivo.



Poder-se-á referir, que o valor Património Líquido corresponde praticamente ao real valor, dado que se encontra inventariados e valorizados os bens de domínio público municipal e outros bens de domínio privado, bem como, também se encontram efetuadas as respetivas amortizações e imputação a períodos anteriores, através dos correspondentes registos às contas de resultados transitados.

Passivo

O valor total do Passivo é de € 27.587.575,51, superior ao de 2024 (€ 20.631.176,64), sendo que € 18.043.690,50 (65,4%) é relativo a passivo não corrente e € 9.543.885,01 (34,6%) é relativo a passivo corrente.

Passivo não corrente

A estrutura do balanço encontra-se estruturada de modo a permitir identificar os valores de dívida de empréstimos de Médio Longo Prazo exigíveis a um ano, na correspondente rúbrica de passivo corrente.

Atendendo à especificidade da dívida de empréstimos de médio longo prazo, ser refletida quer no passivo não corrente (dívida a amortizar para além um ano), quer no passivo corrente (dívida a amortizar no período de um ano), apresenta-se no gráfico seguinte o valor total da dívida de empréstimos nas duas vertentes, cujo valor total em dívida no final de 2025 é de € 7.327.652,89.

No final de 2025, o valor de passivo não corrente contabilizado de € 18.043.690,50, é correspondente a € 6.968.336,13 de empréstimos de médio longo prazo, € 10.245.370,73 de Diferimentos, € 713.253,68 de retenções ou depósitos para efeitos de caução e € 116.729,96 relativamente a provisões.

Importa aqui referir que do valor total da dívida de empréstimos de médio e longo prazos no final do ano de 2025, € 1.032.861,11 (14,1%) são de empréstimos excecionados dos cálculos, quer do Limite Geral de Empréstimos, quer do Limite de Endividamento Líquido Municipal e € 6.293.815,41 são considerados nos limites referidos.

Passivo corrente

Quanto ao passivo corrente o valor total é de € 9.543.885,01 superior ao valor registado no final do ano anterior (€ 8.453.102,03), repartido da seguinte forma:

- Financiamentos obtidos (empréstimos MLP): € 359.316,76;
- Credores por transf. e subs. Não reembolsáveis concedidos: € 107.620,62;
- Fornecedores: € 1.327.122,78;
- Estado e outros entes públicos: € 167.158,10;
- Fornecedores de investimentos: € 4.562.485,08;
- Diferimentos: € 3.074.571,95;



3.2. Demonstração de Resultados por natureza

3.2.1. Rendimentos

No ano de 2025 o Município contabilizou rendimentos no valor global de € 17.333.618,60, assim repartidos:

- Impostos, contribuições e taxas: € 4.044.510,99;
- Vendas: € 77.723,84;
- Prestações de serviços e concessões: € 1.777.628,72;
- Transferências e subsídios correntes obtidos: € 9.403.576,28;
- Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas: € 580 469,19;
- Reversão de imparidades: 75.553,15€;
- Outros rendimentos: € 1.325.437,27;
- Juros e rendimentos similares obtidos: € 48.719,16;

3.2.2. Gastos

No ano de 2025, o Município contabilizou gastos no valor global de € 18.547.796,21, assim repartidos:

- Variações nos inventários da produção: € 95 209,15
- Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: € 79.991,95;
- Fornecimentos e serviços externos: € 6.001.396,13;
- Gastos com pessoal: € 7.394.626,23;
- Transferências e subsídios concedidos: € 1.824.378,85;
- Outros gastos: € 288.243,65;
- Gastos/reversões de depreciação e amortização: € 2.660.533,25;
- Juros e gastos similares suportados: € 203.417,00.

3.2.3. Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento

O mapa da Demonstração de Resultados por naturezas do exercício de 2025 acusa resultados antes de depreciações e gastos de financiamento, positivos no valor de € 1.601.053,48.

3.2.4 - Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)

Atendendo a que os gastos/reversões de depreciação e amortização foram no valor de € 2.660.533,25, este valor deduzido aos Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento acima mencionado, dá origem ao resultado operacional negativo de € 1.059.479,77.

3.2.5 - Resultado líquido do período

Em 2025 os ganhos de juros e rendimentos similares foram de € 48.719,16 e os gastos com juros e gastos similares suportados foram de € 203.417,00, pelo que o resultado líquido do período (igual ao resultado antes de impostos) foi negativo no valor de € 1.214.177,61.



No gráfico seguinte identificam-se os resultados do exercício de 2025 e a comparação com os anos de 2020 (primeiro ano de implementação do SNC-AP), 2021, 2022, 2023 e 2024.



Neste ano, o Município obteve um resultado líquido do exercício negativo no valor de € 1.214.177,61.

Importa referir que o resultado do exercício de 2025 é negativo em € 1.214.177,61, sendo que este resultado foi amplamente influenciado pelos seguintes fatores:

- diminuição do EBITDA em 167.457,85€, resultado de aumento dos Gastos Pessoal e dos Fornecimentos e Serviços Externos de cerca de dois milhões de euros, podendo desta forma afirmar que a operação da Câmara Municipal de Alcanena aumentou a sua eficiência, uma vez que o aumento de gastos referido, não se refletiu no EBITDA em igual proporção.
- Aumento das depreciações em cerca de 400 mil euros, decorrente do aumento do volume do ativo não corrente verificado em 2025 de mais de 11 Milhões de Euros, sendo esta a principal razão para a variação do resultado líquido entre 2024 e 2025;



4. Análise Ao Limite Da Dívida Total (Rfalei), Endividamento Líquido E Limite Geral De Empréstimos De Medio Longo Prazo (Lfl)

4.1 – Atividade Empresarial Local e Participações Locais

Considerando que o cálculo do endividamento líquido municipal e limite geral de empréstimos, conforme se encontra definido no artigo 36º da revogada LFL, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, nomeadamente que, para efeitos de cálculos do limite de endividamento líquido e do limite de empréstimos contraídos, o conceito de endividamento líquido total de cada município, inclui:

O endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios proporcional à participação do município no seu capital social;

O endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o setor empresarial local e das entidades a que se refere o n.º 4 do artigo 32º do regime jurídico do sector empresarial local, proporcional à participação do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do sector empresarial local.

A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, veio aprovar o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, definindo o conceito de empresas locais e de participações locais.

Considerando também que são relevantes para efeitos de limite da dívida total, as entidades elencadas no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 setembro, nomeadamente:

“1 — Para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos:

a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;

c) As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;

d) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;

e) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.



2 — As entidades previstas na alínea b) do número anterior incluem também as associações participadas não exclusivamente por municípios, desde que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

3 — Caso, nas situações referidas nas alíneas c) a e) do n.º 1, sejam entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais a participar no capital ou a deter o controlo ou a presunção de controlo sobre entidades dessa natureza, a respetiva percentagem do endividamento relevante a imputar a cada município resulta da que lhe corresponde na entidade associativa, de acordo com as regras constantes da alínea b) do n.º 1.

4 — Para efeitos do apuramento da dívida total de cada município não é considerada a dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, bem como as das entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais que esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município ou dos municípios detentores.”

Neste sentido, importa identificar quais as participações e entidades em que o Município participa, respetivas participações e contributos para o endividamento líquido, limite de empréstimos e dívida total.

Entidades Societárias

Entidade Participada		Tipo de Entidades	CAE	Capital	Participação no Final do Exercício			Forma de Realização do Capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios Monetários (montante)	Em Espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, EM, SA	515194212	EM, SA	36002	€ 11 471 000,00	€ 11 471 000,00	100,00	€ 11 471 000,00		€ 11 471 000,00	Escritura de Constituição celebrada em 21 de dezembro de 2018
Compinena - Companhia Imobiliária de Alcanena, S.A.	503030430	SA	55111	€ 3 137 041,30	€ 250 246,00	7,98	€ 250 246,00	€ 250 246,00		
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	503956538	SA	40202	€ 12 500 000,00	€ 5 225,00	0,04	€ 5 225,00	€ 5 225,00		
RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.	515332607	EIM, SA	38212	€ 50 000,00	€ 5 000,00	10,00	€ 5 000,00	€ 5 000,00		Escritura de Constituição celebrada em 27 de março de 2019
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	84114	€ 417 857 175,00	€ 330 538,50	0,08	€ 330 538,50	€ 330 538,50		O valor do capital subscrito pelo Município é de € 330.538,50, de acordo com a Lei n.º 53/2014, de 25/8 e alterações introduzidas pelo OE 2018.



Entidades Não Societárias

Entidade Participada		Tipo de Entidades	CAE	Capital Estatutário	Contribuição em 2024		Obs.
Denominação	N.I.P.C.				Meios Monetários	Em Espécie	
1	2	3	4	5	6	7	8
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	502690267	ASU	91333	€ 2 119,89	€ 7 500,00		Valor relativo a Quota
ADSAICA - Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros	502500867	ASU	91333		€ 4 000,00		Valor relativo a Quota
AMEGA - Associação de Municípios para o Estudo e Gestão da Água	503875970	AM	91333		€ 325,98		Valor relativo a Quota. Não foi regularizado em 2025
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	AM	91333		€ 5 750,46		Valor relativo a Quota
APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Água	501944893	ASU	94995		€ 500,00		Valor relativo a Quota
Artemrede - Teatros Associados	507174615	ASU	94995		€ 21 000,00		Valor relativo a Quota
Associação Centro Ciência Viva do Alviela	509565697	ASU	94995		€ 59 815,34	Cedência das Instalações do Centro de Ciência Viva	Apoio ao funcionamento no ano de 2025 de acordo com Contrato-Programa. (reequilíbrio do resultado líquido de 2024)
CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	502106506	AM	84130		€ 46 252,32		Valor relativo a Quota
FBDT - Federação dos Bombeiros do Distrito de Santarém	507488512	ASU	91333		€ 120,00		Valor relativo a Quota. Não foi pago por não ter sido emitida fatura pela entidade, nem reportar contas.
LBP - Liga dos Bombeiros Portugueses	500920680	ACU	94995		€ 351,00		Valor relativo a Quota. Não regularizado em 2024
MédioTejo21-Agência Reg.Energ.Ambiente Méd.Tejo Pinhal Sul	508993628	ASU	94995		€ 1 920,00		Valor relativo a Quota
RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo	503914096	ASU	38212	€ 4 489,20	€ 0,00		Valor relativo a Quota (não ocorreu pagamento por decisão da entidade)
AMVT - Associação de Municípios do Vale do Tejo	513231030	AM	84130		€ 4 489,20		Valor relativo a Quota
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	513864202	AM	94991		€ 1 425,00		Adesão aprovada pela Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2019. Valor relativo a quota.

153 449.30 €

Com vista à determinação do contributo de cada entidade, foram solicitados e recolhidos os dados financeiros relativos ao ano de 2025, das entidades relevantes.

Embora algumas entidades ainda não tenham aprovado as respetivas contas, foram enviados os elementos necessários ao respetivo apuramento, podendo, no entanto alguns desses dados e respetivos contributos poderem vir a ser modificados e atualizados aquando da prestação e contas consolidada.

4.2. Limite da Dívida Total

Encontra-se consagrado no artigo 52.^a da RFALEI, a definição de Limite da Dívida Total sendo que:

“1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.^o, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.^o, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.



Deste modo o Limite da Dívida Total do Município de Alcanena para o ano de 2025, é no valor de € 19.990.184,57.

No final do ano de 2025, o Município acusa o valor total de € 6.293.815,41 de dívida relativas a empréstimo de médio e longo prazo, (€ 6.049.590,33 refletidos a MLP e € 244.225,08 refletidos a curto prazo), € 976,37 relativos a dívidas de contratos de locação financeira e sendo que o valor global da Dívida Total do Município (sem entidades externas) de € 12.252.328,61.

Atendendo ao limite acima mencionado, o Município de Alcanena, individualmente, terminou o ano de 2025 com uma margem de € 7.737.855,96.

O contributo de entidades relevantes, de acordo com o artigo 54.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, é no valor global de € 83.548,02, conforme se resume no quadro seguinte:

Serviços Municipalizados	€ 00,00
Entidades Intermunicipais e entidades associativas municipais	€ 4.728,49
Empresas Locais e participadas	€ 00,00
Cooperativas e Fundações	€ 00,00
Entidades de Outra Natureza, desde que se verifique controlo ou presunção de controlo (artigo 75º, n.º 4)	€ 33.529,67
As associações participadas não exclusivamente por municípios	€ 45.289,86
Total Entidades Relevante	€ 83.548,02*

* Nota: considerando que ainda não são conhecidas as contas da totalidade das entidades relevantes e que algumas ainda não têm as suas contas aprovadas, poderá este valor sofrer algumas oscilações, que serão retratadas na prestação de contas consolidadas a apresentar.

Considerando as entidades relevantes, de acordo com o artigo 54.º da RFALEI, o valor da Dívida Total, com referência a 31 de dezembro de 2025 é de € 12.335.876,63, sendo neste caso a margem de € 7.654.307,94.



5. Consolidação De Contas

O Artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), define no número um que os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Os municípios, as entidades intermunicipais e a entidade associativa municipal, são entidades mãe ou consolidantes.

O grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direto ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar as suas atividades, conforme define o n.º 3 do aludido artigo 75.º, acima mencionado.

De acordo com o número 4, desse artigo, a existência ou presunção de controlo, por parte do Município, relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades:

“a) Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

b) De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

c) De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:

i) De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;

ii) De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.”

Presume-se, ainda, a existência de controlo quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado, conforme alude o n.º 5 do já citado artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:

“a) A faculdade de vetar os orçamentos;

b) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;

c) A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;

d) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;

e) A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.”

Conforme é ainda referido no n.º 6 desse artigo 75.º, devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Atendo à definição acima mencionada para o grupo autárquico a consolidar, o Município de Alcanena terá de consolidar, contas as seguintes entidades:

- Com a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, EM, SA., dado ser uma empresa municipal;



- Com a RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., dado ser uma empresa intermunicipal; e

- Com a Associação Centro de Ciência Viva do Alviela, considerando que a mesma se enquadra no definido nas alíneas c) e e) do n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A consolidação de contas seguirá conforme definido na parte final do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e será presente aos órgãos do Município, de acordo com o estabelecido no artigo 76.º, também da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para apreciação pela Assembleia Municipal.



6. Documentos De Prestação De Contas

Para além deste relatório de gestão, as contas do Município de Alcanena relativas ao ano de 2025, são constituídas pelos seguintes documentos:

Demonstrações Financeiras (NPC1)

Doc. 1 – Balanço

Doc. 2 – Demonstração de Resultados por Natureza

Doc. 3 – Demonstração das Alterações no Património Líquido

Doc. 4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexos às Demonstrações Financeiras

Doc. 5 – Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Doc. 6 – Mapa 3.1 - Ativos intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Doc. 7 – Mapa 3.2 - Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Doc. 8 – Mapa 3.2-a - Ativos intangíveis – Adições

Doc. 9 – Mapa 3.2-b - Ativos intangíveis – Diminuições

Doc. 10 – Mapa 3.5 - Ativos intangíveis totalmente amortizados ainda em uso

Doc. 11 – Mapa 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Doc. 12 – Mapa 5.2 - Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Doc. 13 – Mapa 5.2-a - Ativos fixos tangíveis – Adições

Doc. 14 – Mapa 5.2.b - Ativos fixos tangíveis – Diminuições

Doc. 15 – Mapa 5.6 - Ativos Fixos Tangíveis totalmente depreciados ainda em uso

Doc. 16 – Mapa 6.1 - Locações financeiras – Locatário

Doc. 17 – Mapa 6.2 - Locações operacionais – Locatário

Doc. 18 – Mapa 8-a - Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período (modelo do custo)

Doc. 19 – Mapa 8-b - Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período (modelo do justo valor)

Doc. 20 – Mapa 8.1-a - Propriedades de Investimento – Adições (modelo do custo)

Doc. 21 – Mapa 8.1-b - Propriedades de Investimento – Adições (modelo do justo valor)

Doc. 22 – Mapa 8.2-a - Propriedades de Investimento – Diminuições (modelo do custo)

Doc. 23 – Mapa 8.2-b - Propriedades de Investimento – Diminuições (modelo do justo valor)

Doc. 24 – Mapa 9 - Imparidade de Ativos

Doc. 25 – Mapa 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

Doc. 26 – Mapa 14.1 - Rendimento de transações sem contraprestação

Doc. 27 – Mapa 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Doc. 28 – Mapa Detalhe de Amortizações de Equipamento Transporte (Conta 434) (Aplicação do Sistema de Normalização de Património);

Doc. 29 – Mapa Detalhe de Amortizações de Equipamento Transporte (Abates) (Aplicação do Sistema de Normalização de Património);



Doc. 30 – Mapa Detalhe de Amortizações de Ativos Fixos Tangíveis (Conta 43) (Aplicação do Sistema de Normalização de Património);

Doc. 31 – Mapa detalhe de amortização de Ativos Fixos Intangíveis (Conta 44) (Aplicação do Sistema de Normalização de Património)

Doc. 32 – Mapa controlo de subsídios ao investimento (Aplicação do Sistema de Normalização de Património);

Doc. 33 – Mapa investimentos em curso;

Doc. 34 – Dividas a terceiros por conta e entidade;

Doc. 35 - Mapa Empréstimos;

Demonstrações Orçamentais (NPC26)

Doc. 36 - Orçamento (Resumo por capítulo)

Doc. 37 – Orçamento da receita e da despesa completo

Doc. 38 - Orçamento da despesa – resumo por económica

Doc. 39 - Orçamento da despesa – resumo por orgânica

Doc. 40 – Plano Plurianual de Investimentos

Doc. 41 – Grandes Opções do Plano

Doc. 42 - Mapa 1 - Demonstração do desempenho orçamental

Doc. 43 – Mapa 2 - Demonstração de Execução Orçamental da Receita – por rubrica

Doc. 44 – Mapa 2-a - Demonstração de Execução Orçamental da Receita – por económica

Doc. 45 – Mapa 3 - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa – por rubrica

Doc. 46 – Mapa 3.a - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa – por económica

Doc. 47– Mapa 3.b- Demonstração de Execução da Despesa – por orgânica e económica

Doc. 48– Mapa 3.c - Demonstração de Execução da Despesa – resumo por orgânica

Doc. 49 – Mapa 4 - Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Doc. 50 – Mapa 4.a - Execução Anual das Atividades mais relevantes

Doc. 51 – Mapa 4.b - Execução Anual das Grandes Opções do Plano

Doc. 52 – Balancete da GOP

Doc. 53 - Dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldos

Anexo às Demonstrações Orçamentais

Doc. 54 – Mapa 1.1 - Alterações Orçamentais da Receita – por rubrica

Doc. 55 – Mapa 1.2 - Alterações Orçamentais da Receita – por económica

Doc. 56 – Mapa 2.1 - Alterações Orçamentais da Despesa – por rubrica

Doc. 57 – Mapa 2.2 - Alterações Orçamentais da Despesa – por económica

Doc. 58 – Mapa 2.3 - Alterações Orçamentais da Despesa – por orgânica e económica

Doc. 59 – Mapa 3 - Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Doc. 60 – Mapa 4.1 - Operações de Tesouraria por conta patrimonial

Doc. 61 – Mapa 4.2 - Operações de Tesouraria por tipologia

Doc. 62 – Mapa 5.1 – Situação dos Contratos

Doc. 63 – Mapa 5.2 – Adjudicações por tipo de procedimento

Doc. 64 – Mapa Encargos Contratuais (TdC)

Doc. 65 – Mapa 6.1 – Transferências e Subsídios – despesa

Doc. 66– Mapa 6.2 - Transferências e Subsídios - receita



Outros mapas e Relatórios

- Doc. 67 – Norma de Controlo Interno e suas Alterações
- Doc. 68 – Resumo Diário de Tesouraria
- Doc. 69 – Mapa de Fundos de Maneio
- Doc. 70 – Relatório Semestral de Acompanhamento do PSF – 31-12-2025
- Doc. 71 – Declarações relativas ao artigo 15º da LCPA (Compromissos Plurianuais e Pagamentos e Recebimentos em atraso).
- Doc. 72 – Balancete Analítico da contabilidade orçamental e financeira (mês 13)
- Doc. 73 – Balancete Analítico da contabilidade orçamental e financeira (mês 14)
- Doc. 74 - Participações em entidades societárias
- Doc. 75 - Participações em entidades não societárias
- Doc. 76 – Correspondência entre o plano de contas local e o plano de contas central
- Doc. 77 – Relatório do Governo Societário
- Doc. 78 – Relatório de Atividades
- Mapas conforme Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas
- Doc. 79 – Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato
- Doc. 80 - Responsáveis pelas demonstrações financeiras (SNC-AP)
- Doc. 81 - Responsáveis pelas demonstrações orçamentais (SNC-AP)
- Doc. 82 - Caracterização da entidade
- Doc. 83 - Mapa dos investimentos financeiros (em Entidades Societárias e Não Societárias)
- Doc. 84 - Mapas de acumulação de funções
- Doc. 85 - Certidões ou extratos dos saldos bancários reportados ao fim do exercício e dos juros obtidos no exercício
- Doc. 86 - Reconciliações bancárias
- Doc. 87 – Síntese das Reconciliações bancárias
- Doc. 88 - Limite da dívida total
- Doc. 89 - Apuramento da dívida total das entidades participadas
- Doc. 90 - Entidades relevantes para efeitos da dívida total
- Doc. 91 - Transferência de competências de órgãos do Estado
- Doc. 92 - Delegação de competências do Município
- Doc. 93 - Certificação legal de contas
- Doc. 94 - Relatório e Parecer do órgão de fiscalização